

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**A CONTROVERSA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA
POLÍTICA E HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO:
A PROPÓSITO DE ALOISIO TEIXEIRA**

Allan Amaral Paes de Mesentier

Orientadora: Maria Mello de Malta

Rio de Janeiro
Setembro de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**A CONTROVERSA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA POLÍTICA E
HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO:
A PROPÓSITO DE ALOISIO TEIXEIRA**

Allan Amaral Paes de Mesentier

Dissertação apresentada ao corpo docente do Instituto de
Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de Mestre em Ciências Econômicas.

Orientadora: Maria Mello de Malta

Rio de Janeiro
Setembro de 2014

FICHA CATALOGRÁFICA

M578 Mesentier, Allan Amaral Paes de.

A controversa relação entre economia política e história do pensamento econômico : a propósito de Aloisio Teixeira / Allan Amaral Paes de Mesentier. -- 2014.

81 f. ; 31 cm.

Orientadora: Maria Mello de Malta.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2014.

Bibliografia: f.76-81.

1. Economia política. 2. Economia política clássica. 3. História do pensamento econômico. I. Malta, Maria Mello de, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

ALLAN AMARAL PAES DE MESENTIER

A CONTROVERSA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA DO
PENSAMENTO ECONÔMICO: A PROPÓSITO DE ALOISIO TEIXEIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Doutora Maria Mello de Malta (orientadora)

Prof^ª. Doutora Angela Ganem

Prof. Doutor João Antônio de Paula

Rio de Janeiro
Instituto de Economia – UFRJ
Setembro/2014

Para Julia.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade do autor.

Agradecimentos

Ao entregar essa dissertação, encerro o trabalho de quase dois anos de estudos. Por mais solitária que tenha sido essa caminhada – o que é próprio do trabalho acadêmico, resultado da necessidade de certo isolamento para estudo, reflexão e redação – é preciso saber ter a humildade e reconhecer que nenhum trabalho acadêmico é possível sem ajuda e a contribuição de outras pessoas.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGE do Instituto de Economia da UFRJ e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio concedido através de Bolsa de Estudos de Mestrado. Sem essa bolsa, não teria sido possível realizar os meus estudos.

Agradeço a minha orientadora, Maria Malta, por todo apoio prestado, pelo convívio, pela paciência, pela sua generosidade e, sobretudo, pela confiança depositada em mim. Isso tudo, faz dela uma grande professora e uma amiga querida. Também agradeço aos meus colegas do curso de mestrado, em especial, à Carla Curty, amiga desde o primeiro dia de faculdade.

Agradeço aos meus novos colegas de trabalho, Carlos Malburg, Anie Amici e Filipe Souza, pela solidariedade que tiveram comigo e o apoio que me deram, ajuda que foi fundamental para a conclusão desse trabalho e sem a qual não seria possível concluir essa dissertação.

Aos meus pais e meu irmão, por sempre apoiar as minhas escolhas e por terem viabilizado a possibilidade de eu concluir o curso de mestrado.

Por fim, à Julia, a quem dedico esse trabalho, pela paciência e compreensão que teve comigo, pela força e a esperança que me dá todos os dias. E por ser a pessoa com quem decidi dividir meus sonhos e a minha vida.

Resumo

Esta dissertação parte do trabalho de Aloisio Teixeira para buscar uma questão que organiza boa parte de sua intervenção como economista: sua concepção sobre o que é a própria economia política. Seu estudo abre as portas para um amplo debate sobre a relação entre o conceito de economia política e a história do pensamento econômico.

A partir das questões levantadas por Teixeira (1984, 1990, 2000 e 2011), explora-se um debate sobre o conceito de economia política apresentando de forma crítica a relação entre o conceito e a concepção do objeto da própria ciência conforme delimitado por Smith, Marx e Schumpeter. Neste contexto, apresenta-se a discussão sobre o próprio uso do conceito de economia política para designar a produção científica de Marx.

Finalmente, explora-se a hipótese de que o conceito de economia política utilizado pelo autor influencia sua perspectiva sobre o que é o objeto da história do pensamento econômico. Tal hipótese nos levará a concluir na direção de explorar a relação entre a economia política e sua história como fundamental para a compreensão do sentido da própria teoria.

Palavras Chaves: economia política, economia política clássica, história do pensamento econômico.

Abstract

This dissertation starts from Aloisio Teixeira's work to pursue a question that organizes much of his intervention as an economist: his conception on what is political economy itself. His study opens the doors to a broad debate on the relationship between the concept of political economy and the history of economic thought.

From the issues brought up by Teixeira (1984, 1990, 2000 e 2001) it explores a debate on the concept of political economy presenting in critical means the relationship between the concept and the conception of the object of the science itself as delimited by Smith, Marx and Schumpeter. In this context it is presented the debate about the very use of the concept of political economy to designate Marx's scientific production.

Finally, it explores the hypothesis that the concept of political economy used by the author influences his perspective about what is the object of the history of economic thought. Such hypothesis will lead us to conclude in direction toward exploring the relationship between political economy and its history as fundamental to the comprehension of the meaning of theory itself.

Keywords: political economy; classical political economy, history of economic thought.

ÍNDICE:

<u>I. INTRODUÇÃO</u>	11
I.1) AS PERGUNTAS DE TEIXEIRA	11
I.2) ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	16
<u>II. CAPÍTULO 1 – HPE E O CONCEITO DE ECONOMIA POLÍTICA</u>	17
II.1) A VISÃO DE TEIXEIRA	17
II.2) AS VISÕES EM DEBATE	23
II.2.I) MARX E RUBIN: HISTÓRIA COMO REFERÊNCIA	23
II.2.II) SCHUMPETER: POLÍTICA ECONÔMICA E ECONOMIA POLÍTICA	27
II.2.III) A VISÃO HEGEMÔNICA: O OBJETO ECONÔMICO	31
II.3) CONCLUSÃO	38
<u>III. CAPÍTULO 2 – DIFERENTES VISÕES SOBRE ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA</u>	39
III.1) O CONCEITO DE ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO E SUAS CONTROVÉRSIAS	39
III.1.I) A VISÃO DE MARSHALL E VEBLÉN SOBRE A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA	40
III.1.II) A VISÃO DE SCHUMPETER SOBRE A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA	44
III.1.III) AS VISÕES MARXISTAS DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA	47
III.1.IV) A VISÃO DE SRAFFA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA	57
III.1.I) O CONTEXTO DA CRISE DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA: UMA BASE PARA A CONTROVÉRSIA ENTRE MARXISTA E SRAFFIANOS.	58
III.1.II) CONCLUSÃO	64
<u>IV. CONCLUSÃO: A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO É A HISTÓRIA DA ECONOMIA POLÍTICA?</u>	65
<u>V. BIBLIOGRAFIA</u>	76

I. Introdução

I.1) As perguntas de Teixeira

Aloisio Teixeira foi muito mais que um economista. Foi um professor de economia e um político de primeira grandeza, sem nunca deixar de ser um militante da econômica política e da renovação teórica do marxismo. Nas quase sete décadas em que viveu, atuou no enfrentamento à ditadura militar, interpretou e contribuiu para o pensamento econômico brasileiro, formulou e executou um leque amplo de políticas públicas para o país e foi reitor da UFRJ.

O Instituto de Economia da UFRJ teve o privilégio de tê-lo como seu professor titular ao longo de sua trajetória acadêmica. E usufruiu de seu trabalho intelectual, que como todo grande trabalho, deixou mais perguntas no ar do que respostas prontas ou acabadas.

Tendo o marxismo como opção, Teixeira formou várias gerações de cientistas sociais e economistas convidando-os: a renovar o marxismo, pensar a ação política e, fundamentalmente, a (re)pensar o Brasil. O seu pensamento e a sua história carregam as contradições de quem não se propôs apenas a pensar, mas também se propôs a agir e a transformar a realidade brasileira.

Seu contato com o marxismo vinha de casa: logo no início dos anos 1960, entrou para o Partido Comunista Brasileiro (PCB) - espaço onde organizou os seus estudos sobre Marx e o Marxismo. Foi o primeiro-secretário do Comitê Universitário a partir de 1969, mesmo ano em que enfrentou a prisão por seis meses. Julgado à revelia, foi para a clandestinidade, até que se passassem os quatro anos necessários para a prescrição da pena de um ano à qual fora condenado. No período de clandestinidade, organizou a Assessoria do Comitê Central do PCB. Naqueles anos, preparou detalhadamente a ida do grupo de estudos de *O Capital* para um curso de formação em Moscou. Retornando à vida oficial, optou pelo estudo de economia e se formou economista no ano de 1978. Três anos depois,

ingressou como professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro onde ministrou o curso de Economia Política II (curso que trata do pensamento de Marx) por muitos anos.

Sua pesquisa acadêmica, no entanto, começou a se organizar simultaneamente à experiência inicial no magistério por meio de seus estudos para formação como mestre. Sempre motivado pela compreensão dos movimentos da história do seu tempo, participou de uma pesquisa coordenada pela professora Maria da Conceição Tavares, na qual foi formulada uma interpretação crítica sobre o funcionamento do sistema capitalista mundial e do padrão monetário internacional pós o fim de Bretton-Woods. Agora, já como sua orientadora de tese de mestrado (era tese naquele tempo), Maria da Conceição Tavares o convenceu a participar como professor-assistente do curso de Experiências Industriais Comparadas. A partir da preparação deste curso, foi capaz de montar o seu excelente trabalho de mestrado: *O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra* virou referência dos cursos sobre o tema sem jamais ter sido editada.

Anos mais tarde, já na década de 1990, esta agenda de pesquisa ainda o instigava, até mesmo por conta das grandes reviravoltas vividas na história do sistema monetário internacional nas décadas de 1980 e 1990. Influenciado pelo trabalho *A retomada da hegemonia Americana* de Maria da Conceição Tavares, publicou o artigo *Crise de Hegemonia e Desestruturação da Ordem Mundial*, escreveu sua tese de doutorado e participou do projeto “*Globalização Financeira, Neoliberalismo e Política Macroeconômica: uma perspectiva estratégica*” no âmbito de uma parceria do então Instituto de Economia Industrial da UFRJ e do Instituto de Medicina Social da UERJ. Tal parceria visava estudar o comportamento do sistema monetário internacional desde o período do padrão ouro-libra até o período posterior ao rompimento do padrão de Bretton-Woods. Naquela época, identificava a possibilidade de o Japão ser “a maior potência financeira do globo” mesmo que os Estados Unidos pudessem permanecer como a maior economia do mundo e continuassem a exercer um papel imperial nas relações internacionais, questionando a hegemonia americana pela perda de uma das pernas do tripé de sua sustentação.

Foi ainda na década de 1990 que concluiu seu doutorado pela Unicamp, defendendo a tese *O Ajuste impossível – um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica*

mundial e seu impacto sobre o Brasil, publicada como livro no ano seguinte pela Editora da UFRJ.

No entanto, foi no final da década, após a leitura do texto de Charles de Kindleberger, *Movimentos Internacionais de Capital* – tão importante para sua reformulação de perspectiva – que decidiu traduzí-lo na coleção *Clássicos Record do Pensamento Econômico* da qual participou da concepção nos anos 2000 – acabou produzindo um excelente texto publicado pela Revista Economia e Sociedade, revista do Instituto de Economia da Unicamp, intitulado *O império contra-ataca: notas sobre os fundamentos da atual dominação norte-americana*. Nesta nova leitura do tema, afirmava “a hipótese que formulamos é que a concentração de poder em mãos dos Estados Unidos e o desequilíbrio que caracteriza as relações internacionais atualmente se fundam em mutação ocorrida na natureza dessa forma elementar ou dessa célula fundamental das sociedades capitalistas: a mercadoria universal ou o equivalente geral da mercadoria” (Teixeira, 2000, p.2), reconstituindo a visão de que o tripé de base da hegemonia americana se mantinha no novo século que se abria.

Se alguns temas o motivaram por toda a vida acadêmica, o movimento da política o atraiu, em especial as políticas sociais e a questão da seguridade social em sua dimensão de relação entre previdência, saúde e assistência social que também foram grandes temas de sua produção acadêmica.

Na luta pela seguridade social e na construção de políticas públicas democráticas, alguns textos importantes que escreveu sobre o tema foram: *O financiamento da seguridade social em 1989: novos caminhos, velhos problemas*, texto para discussão nº 196 do IEI; *Do Seguro à seguridade: a metamorfose inconclusa do sistema previdenciário brasileiro*, texto para discussão nº 249 do IEI de 1991, *A política econômica como restrição ao desenvolvimento do sistema de saúde* no livro *Financiamento e gestão do setor de saúde em 1999* e *Notas sobre a regulação dos planos de empresas no Brasil* na revista *Regulação & Saúde* em 2002.

No final dos anos 1990, também retornou ao debate sobre o marxismo; seus cursos de leituras dos *Grundrisse*, de Karl Marx, e *Tópicos em história do pensamento econômico* deram origem ao Grupo de Estudos Marxistas (GEMA). Os trabalhos deste grupo floresceram com o livro *Utópicos, Heréticos e Malditos*, editado pela Record em 2002 e a

fundação do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) junto com o professor José Ricardo Tauile, em 2005.

A atualidade do marxismo e do pensamento de Marx passou a ser uma permanente linha de pesquisa. Teixeira, que continuou ministrando os cursos de Economia Política II até o seu último dia de vida, como um bom marxista, não era satisfatória a ideia de que *“tudo para entender o capitalismo de hoje já estava lá no Marx”*. Se, por um lado, a obra de Marx era sua referência, Teixeira não cessava sua busca por avançar o conhecimento sobre estas bases.

Dentre os seus trabalhos publicados sobre marxismo destacam-se, no campo da economia política teórica, Teixeira (1984), Teixeira (1990) e Teixeira (2000), ambos partindo de um debate de história do pensamento que buscava reposicionar a economia política como o campo teórico de referência para o pensamento crítico em economia.

Aloisio Teixeira retomou o debate a respeito do conceito de economia política, o que o levou aos economistas clássicos e, fundamentalmente, à contribuição de Marx e sua crítica da economia política. Em seus textos, dialoga com um conjunto amplo de posições existentes dentro da história do pensamento econômico.

A tentativa de definir as fronteiras da economia política, continua a levar os historiadores do pensamento econômico, aos economistas clássicos. Entretanto, esse retorno aos clássicos, não significa voltar aos mesmos autores nem tão pouco às mesmas questões. Não à toa, o conceito de economia política clássica foi constantemente definido e redefinido dentro da história do pensamento econômico (HPE). Marx, Marshall, Schumpeter e Keynes poderiam ser citados como alguns dos autores que contribuíram para as diferentes visões sobre economia política clássica, que estabeleceram recortes e períodos muito diferentes entre si. Malta (2005), que será uma importante referência para esse trabalho, sistematiza as diferentes visões sobre economia política clássica em quatro posições. São elas: a posição defendida por Marshall e reforçada por Veblen, a posição defendida por Schumpeter, a posição marxista e a posição sraffiana. Essas diferentes formas de interpretar a economia política clássica, refletem diferentes formas de se fazer história do pensamento econômico.

Marx, segundo o próprio Aloisio, organizou definitivamente a matriz de seus pensamentos e era o fundamento de seu marco teórico, mas o objeto de reflexão de sua

dedicação era o Brasil. Escreveu vários textos sobre os Intérpretes do Brasil, entre os quais destacam-se: Teixeira (2002), Teixeira (2006) e Teixeira (2011). Seus cursos sobre crises políticas e crises econômicas no Brasil, transformações globais e a economia brasileira e as duas versões e inúmeras edições do curso Intérpretes do Brasil resultaram em uma motivação: discutir a necessidade de criação de um espaço de estudos que transpusesse todas as barreiras disciplinares, juntando pesquisadores do pensamento social, econômico, jurídico, literário, musical e tecnológico brasileiro para o estudo e a formulação de interpretações sobre o Brasil.

Em um dos seus últimos textos publicados, *Posfácio: uma agenda para a (re)descoberta do Brasil*, Aloisio Teixeira nos deixa um maravilhoso programa de pesquisa da realidade brasileira, do jeito que era próprio, apresenta seu programa na forma de cinco perguntas:

“sugerir uma agenda que venha contribuir para os esforços de entendimento do capitalismo brasileiro. E esse entendimento deve buscar responder aos problemas teóricos suscitados por cinco processos de ruptura presentes em sua formação:

- *o primeiro diz respeito à natureza essencial do empreendimento colonial português no Brasil;*
- *o segundo, à forma como se dá a passagem ao modo de produção capitalista, na segunda metade do século XIX;*
- *o terceiro, ao processo de constituição das forças especificamente capitalistas, no século XX;*
- *o quarto, à reação da economia brasileira ao movimento de desestruturação da ordem mundial, mais ao final do século;*
- *o quinto relaciona-se ao momento atual e versa sobre a possibilidade de estarmos diante de mudanças estruturais no padrão de acumulação do capitalismo brasileiro.”* (Teixeira, 2011, p.339) – grifo meu.

Assim, Aloisio nos deixou uma agenda de pesquisa muito interessante com inúmeras questões ainda não respondidas no campo da economia política internacional, das interpretações do Brasil e do marxismo.

No campo do marxismo, elegemos apenas uma das várias questões que gostaríamos de explorar nesta dissertação: a controvérsia sobre o conceito de economia política e sua

relação com a história do pensamento econômico. Convidamos o leitor a mergulhar neste tema.

1.2) Estrutura da dissertação

O primeiro capítulo trata do conceito de Economia Política e suas controvérsias. Tomando como ponto de partida a interpretação de Teixeira sobre o tema, mergulhamos na própria controvérsia, recuperando as visões de Karl Marx e Isaac Rubin, Schumpeter e a visão hegemônica cristalizada no interior da história do pensamento econômico (HPE) tradicional.

As implicações sobre a construção do conceito de economia política sobre a história do pensamento econômico foi tema que nos surpreendeu por sua complexidade. Neste sentido, esta dissertação, que possuía um escopo inicial mais ambicioso, acabou por ser enredada neste tema. Por mais que o autor desejasse se desvencilhar, o canto do debate teórico por trás da relação entre conceito e história da ciência foi ele que seduziu definitivamente seu interesse.

O segundo capítulo mergulha, então, no debate sobre o conceito de economia política clássica, na medida em que este debate se confunde com a origem da ciência econômica e é a partir desta primeira classificação que toda a “árvore genealógica” do pensamento econômico é construída pelos diversos autores que fazem HPE. Neste sentido, o capítulo caminha pela apresentação das várias visões já consolidadas sobre a economia política clássica, destacando as visões de Marshall e Veblen, de Schumpeter, dos marxistas e dos sraffianos. Neste contexto, destacaremos em que grupo(s) Teixeira se localiza. Este movimento pretende concluir no sentido de evidenciar, relacionando o primeiro e o segundo capítulos, à conexão íntima entre as concepções em disputa sobre o conceito de economia política e à forma de se fazer história do pensamento econômico.

Na conclusão, busca-se apontar algumas das questões suscitadas por este trabalho que podem indicar linhas futuras de exploração dos temas aqui tratados, especialmente no que se refere à contribuição de Teixeira para os debates da história do pensamento econômico e da economia política.

II. Capítulo 1 – HPE e o conceito de economia política

“Curiosamente, o estudo da história do pensamento seria antes uma análise de como a ciência econômica produz seu futuro – de como evolui sua fronteira – do que uma descrição de seu passado.” (Tolipan, 1990, p.7)

II.1) A visão de Teixeira

O significado do conceito de “economia política” é uma controvérsia no interior da História do Pensamento Econômico (HPE) e, ao longo dos séculos XIX e XX, este conceito passou por uma expressiva alteração de seu significado hegemônico.

Aloisio Teixeira, ao longo de sua vida acadêmica, irá recorrentemente tentar dar tratamento à questão. A leitura de seus textos escritos ao longo de quatro décadas (Teixeira, 1984, 1990, 2000 e 2011) revela a centralidade do conceito de economia política para se compreender as contradições pelas quais atravessou o pensamento econômico.

Segundo Teixeira (2000), o significado para expressão “economia política”, no início do século XIX, era claro:

“a expressão era usada para designar uma determinada área do conhecimento, ou campo da ciência, voltada para o estudo dos problemas da sociedade humana relacionados com a produção, a acumulação, a circulação e a distribuição de riquezas, bem como para as proposições de natureza prática a eles associadas.” (Teixeira, 2000, p. 85)

Contudo, progressivamente, o termo “economia política” teria sido abandonado até ser substituído por um novo termo: *economics*, no final do século XIX, “*que passou a gozar da preferência dos economistas para designar sua ciência*” (Teixeira, 2000, p.85). Como mostra Teixeira (1990 e 2000), a nova expressão, consagrada por Marshall (1890), em seus *Princípios de Economia*, não representou uma simples ou tão pouco ingênuas mudança de nomenclatura para os economistas designarem a sua própria ciência, ela

representou um processo de mudança radical do objeto, do método e do programa de pesquisa, no interior da ciência econômica.

Uma outra interpretação, talvez complementar à de Teixeira (2000), para o processo de substituição do termo “economia política” por “*economics*”, nos é oferecida por Netto e Reis (2006). Para esses autores, esse processo tem origem na crise pela qual passa a economia política clássica na metade do século XIX. E deve ser compreendido dentro de um quadro mais amplo do pensamento ocidental, que se processou pós-1848 e que levou à repartição positivista das ciências sociais: nas disciplinas de História, Sociologia, Ciência Política e Economia¹. Em suas palavras:

“A Economia vai se desenvolver no sentido de uma disciplina científica e estritamente especializada, depurando-se de preocupações históricas, sociais e políticas. Tais preocupações serão postas à conta das outras ciências sociais que se articulam na sequência de 1848: a História, a Sociologia e a Teoria (ou Ciência) Política. No marco dessa “divisão intelectual do trabalho científico”, a Economia se especializa, institucionaliza-se como disciplina particular, específica, marcadamente técnica, que ganha estatuto científico-acadêmico.” (Netto e Reis, 2006, p. 22)

Dessa forma, no século XX, a expressão “economia política” reaparece, na maioria das vezes, como uma expressão para designar um campo específico dentro da ciência econômica. Teixeira (2000 e 2011), aponta três usos para o termo “economia política” no século XX.

O primeiro, não apresenta nenhuma grande distinção entre “economia política” e *economics*, serve apenas para revelar certa preferência ideológica pela expressão “economia política”, buscando indicar certo grau de pluralismo teórico ou algum tipo de

¹ Schumpeter (1954[1964]) também irá identificar o que chamou de “especialização”, como uma etapa fundamental para a consolidação da Economia enquanto ciência.

filiação heterodoxa. Apesar disso, não se diferencia do ponto de vista metodológico do tipo de produção acadêmica realizada pelo *mainstream*².

O segundo uso para a expressão “economia política” serve para designar os pensadores da escola clássica (e aí inclui-se Marx). Como se esses autores representassem, de alguma forma, uma “pré-história” da economia, isso porque a economia só teria começado como ciência econômica a partir de Marshall (1890). Essa visão, seria segundo Teixeira (2000), a visão oficial consagrada nos currículos de ensino de Economia. Essa visão que coloca a economia política como pré-história da ciência econômica ou como um momento primitivo de uma ciência que ainda viria a se consolidar; é produto de uma determinada construção teórica realizada no interior da História do Pensamento Econômico por Schumpeter (1954[1964])³.

Por último, Teixeira (2000) identifica o uso do termo “economia política” para a tentativa de aplicação dos métodos e procedimentos desenvolvidos no interior da ciência econômica (entenda-se aí, o *mainstream*) para problemas típicos da ciência ou teoria política⁴. Para Teixeira (2000), esse ecletismo seria reflexo da tentativa de se explicar a realidade, num quadro de uma ciência social cada vez mais compartimentada. Por outro lado, isso também refletiria, um certo “imperialismo metodológico” da ciência econômica no interior das ciências sociais.

Esse último uso para a expressão “economia política” acaba por desfigurar completamente o sentido da expressão “economia política” enquanto ciência social. Se for possível, construir uma antinomia entre economia política e *economics*. A posição da

² *Mainstream* é a forma normalmente utilizada para se referir à corrente hegemônica em economia. Em Teixeira (2000) a referência diz respeito à escola neoclássica ou marginalista de pensamento, que abarca, do ponto de vista do método, as várias versões da escola keynesiana, a escola novo institucionalista e as escolas de base schumpeteriana, todas usualmente classificadas no campo da heterodoxia.

³ Não é só Teixeira (2000) que identifica esse tipo de compreensão a respeito da expressão Economia Política, essa opinião também é compartilhada por Dobb: “*Mas existe uma opinião semelhante, [...], que circula nos meios acadêmicos, segundo a qual os economistas clássicos são imperfeitos, se bem que brilhantes, “primitivos” de uma arte, que pouco têm a ensinar à nossa sofisticação contemporânea.*” (Dobb, 1978, p.9) – grifo meu.

⁴ Teixeira (2000) identifica nos seguintes autores esse último uso para o termo economia política: Becker (1976), Frey (1984), Tooze (1984) e principalmente, Gilpin (1975).

economia política como pré-história do *economics* revela uma tentativa de continuidade e subordinação da economia política ao *mainstream*. Essa tentativa, tenta esconder o caráter conflituoso e contraditório que existe entre a economia política e o *mainstream* que se colocou no núcleo da ciência econômica. Porém, com todas as mediações operadas, a contradição permanece ali. Contudo, esse último uso da expressão “economia política” seria mais correto se fosse “economia *da* política” uma vez que reintegra completamente a economia política ao núcleo da ciência econômica, transformando a expressão em algo para designar um ramo específico da economia, assim como existe a “economia da saúde”, a “economia do trabalho” ou a “economia da empresa” temos a “economia [da] política”⁵, que trata do comportamento associado a questões vinculadas à política e ao Estado, interpretando as decisões políticas no universo das escolhas racionais.

Ao fim dessas interpretações, a questão que se coloca é compreender o porquê da perda do vigor intelectual que a economia política sofre entre o passado e o presente:

“Em qualquer caso, no entanto – seja no dos que simplesmente preservam a antiga designação para tratar dos problemas da “economia moderna”, seja no dos que a remetem ao plano da pré-história da ciência econômica, seja no dos que, com as melhores intenções, pretendem avançar no conhecimento da interação entre os aspectos social, econômico e político da sociedade humana – a “economia política”, não o termo, mas o conteúdo substantivo que reveste, não consegue recuperar o vigor analítico que possuía no passado.” (Teixeira, 2000, p.87) – grifo do autor.

A resposta para a questão levantada será traçada por uma longa viagem através dos séculos no interior da história do pensamento econômico. Esse movimento identifica, como ponto de partida, a origem da economia política no nascimento do capitalismo e a necessidade de compreender o seu desenvolvimento. Em seguida, como veremos mais à frente, Teixeira (1984, 1990 e 2000) atribui a Smith (1776) a inflexão fundamental no

⁵ Embora os autores que realizam esse novo uso para a expressão economia política sejam relativamente recentes, Schumpeter (1954[1964]) já acreditava que o entendimento correto para a economia política deveria ser algo desse tipo. Assim, ele defende que a economia política deveria ser entendida como um campo específico do conhecimento econômico, o campo que tratasse das questões relativas a administração do Estado.

interior do pensamento econômico, que permite à economia política se constituir como ramo autônomo do conhecimento. Por fim, o tratamento sistemático das questões econômicas levaria a três vetores de distanciamento da economia política clássica: os economistas vulgares (centralmente, J. S. Mill), os pioneiros do marginalismo (Menger, Walras e Jevons) e o próprio Marx⁶.

O pensamento econômico seria guiado às portas do século XX, através de dois caminhos radicalmente distintos: um que constituía a “moderna ciência econômica” e outro, que redefiniria o método e o objeto da economia política; são eles, respectivamente: a *démarche marshaliana*⁷ e *démarche marxista*⁸.

Para Teixeira (1990), o pensamento de Marshall realiza uma síntese entre a tradição ricardiana – expressa na interpretação que Mill fez da obra de Ricardo – e os pioneiros do marginalismo (Menger, Walras e Jevons), reconstituindo a continuidade do pensamento liberal dentro do pensamento econômico.

O resultado da *démarche marshaliana* será o abandono da noção de classes sociais que estava presente nos clássicos e o estabelecimento de um padrão para a distribuição, fundado em um conceito de tipo natural: a “produtividade marginal”. Assim, cada agente econômico seria remunerado em função da justa contribuição que dá ao processo produtivo.⁹ Para Teixeira (2000), o resultado desse movimento teórico será o esvaziamento

⁶ “Paradoxalmente, são os economistas “vulgares” (ou mais especificamente Stuart Mill), Marx e os fundadores da escola marginalista os primeiros a dar tratamento sistemático aos estudos de economia. No caso de Mill, de forma ainda tímida, no caso de Marx, [...], recolocando de forma radical o objeto e o método da Economia Política, e no caso dos primeiros marginalistas, realizando uma ruptura, não tão radical quanto ao fundamento filosófico dessa ciência, mas certamente afastando-se definitivamente da trajetória proposta por Ricardo.” (Teixeira, 2000, p. 96)

⁷ Teixeira (1990)

⁸ Teixeira (1984 e 2000)

⁹ “O ponto de ruptura se dá nas últimas décadas do século passado e toma corpo nos trabalhos de alguns autores que viriam a compor a escola marginalista ou neoclássica. O resultado é conhecido. Antes de mais nada, o abandonado da ideia, sempre presente nos clássicos, da divisão da sociedade em classes, do processo produtivo, diferindo apenas quanto à modalidade dos fatores de produção que possuem: capital, recursos naturais ou trabalho. Em segundo lugar, obedecer a um padrão de tipo natural, expresso na ideia de “produtividade marginal”: cada agente econômico receberá do produto social uma parcela, correspondente à sua contribuição, medida pela produtividade marginal do fator de que é proprietário.” (Teixeira, 1990, p.2 e 3)

da economia política do seu conteúdo histórico e social:

“Este duplo esvaziamento da economia política, de seu conteúdo histórico e social, trouxe consigo, no plano metodológico, a preocupação quase que exclusiva com situações de equilíbrio estático em condições de concorrência. E, como não pode haver excedentes não utilizados de qualquer fator sem afetar a estabilidade do equilíbrio, este tem que ser completo, o que significa o pleno emprego de todos os fatores de produção disponíveis.” (Teixeira, 1990, p. 3)

No outro extremo do pensamento econômico, estaria a crítica da economia política realizada por Marx em *O Capital*. Para Teixeira (1984, 2000 e 2011), Marx redefiniria o método e o objeto da economia política. Segundo Teixeira (1984 e 2000), Marx aplica um novo método – o materialismo dialético, que seria o resultado de sua crítica à filosofia alemã – aos problemas não resolvidos da economia política clássica que se situavam no campo da teoria do valor, em especial, às categorias de trabalho e dinheiro. Assim, Marx reconstruiria o objeto da economia política, que passaria a ser as leis de movimento da sociedade capitalista.

“Ao falarmos aqui de economia política, não estamos recorrendo a nenhuma dessas conceituações, nem mesmo à dos economistas originais, mas à crítica que Marx lhe fez com a qual inaugurou um novo programa de pesquisa cujo objeto são as leis de movimento da sociedade capitalista, cuja essência nos é dada pelos processos de acumulação, distribuição e inovação, e daquilo que os funda e explica – a concorrência.” (Teixeira, 2011, p. 330)¹⁰ – grifo do autor.

¹⁰ Teixeira (2011) faz questão de afirmar que essa nova definição de Economia Política incorpora ao núcleo da sua elaboração a dimensão do Estado: *“Essa visão de economia política entende o capitalismo como uma formação social histórica e socialmente determinada, reconhecendo que não pode haver economia política – ou sua crítica – onde não impera o modo de produção capitalista, nem pode seu objeto ser fragmentado ou reduzido à análise das condições de equilíbrio no processo de troca. E mais: como o capitalismo instaura, pela primeira vez na história da humanidade, uma forma de organização social na qual “o poder social torna-se o poder privado de particulares”, também não pode haver economia política ali, onde não se constituiu o Estado capitalista.”* (Teixeira, 2011, p. 331)

Teixeira, portanto, se coloca no debate a respeito do conceito de economia política fazendo uma afirmação: há ainda mais uma forma de se usar o termo economia política no século XX. Pode-se também utilizá-lo como acepção de uma ciência que se redefine em termos de método e objeto a partir de Marx. É este o uso que Teixeira faz do termo.

Como vimos, Aloisio Teixeira apresenta quatro visões sobre a expressão economia política. Contudo, essas visões não esgotam o debate. Essa construção feita por Teixeira é produto do diálogo transversal que nosso autor faz com outras visões. Apresentaremos outras três visões sobre o conceito de economia política que se relacionam com a visão de Teixeira, são elas: a visão de Marx e Rubin, a visão de Schumpeter e o que apresentaremos como a visão hegemônica na HPE sobre o tema.

II.2) As visões em debate

II.2.i) Marx e Rubin: história como referência

O longo estudo de Marx da economia política, que tem origem ainda nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (1844), que tem um importante amadurecimento nos *Esboços para a Crítica da Economia Política* (1857-1858), que passa pela *Contribuição para a Crítica da Economia Política* (1859) e chega à redação de *O Capital* (1867), entende a economia política como a expressão intelectual da burguesia em sua tentativa de explicar o desenvolvimento do capitalismo. Essa visão de economia política tem a história como referência para explicar os fenômenos do pensamento e será desenvolvida e sistematizada por Rubin (1929 [2014]).

A visão de Marx e Rubin sobre a economia política compreende a economia política como um fenômeno teórico (ou do pensamento) e, conseqüentemente, histórico. Ou seja, significa entender o pensamento como produto do seu tempo: das condições econômicas, sociais, políticas e culturais de uma determinada realidade histórica que se refletem nas questões e nas tarefas que a vida impõe ao pensamento. Contudo, o pensamento também guarda autonomia com o real e deve ser entendido a partir da sua própria lógica interna, das

suas contradições, inflexões e de seus próprios movimentos. Por isso, podemos entender o pensamento econômico como um objeto de estudo que guarda em si as suas particularidades. Paula (1997) resume bem, as contradições dessa relação:

“Cada período histórico cria tanto o corpo físico de sua existência, suas cidades, seus produtos, suas artes, quanto sua fisionomia espiritual, suas ideias, suas sensibilidades, que também são constitutivas da realidade histórica. Nessa dupla criação há autonomia, a pura manifestação das especificidades, e interdependências. Assim, não se vejam os produtos da subjetividade como puros reflexos. Paralelamente, também não se descarte a presença dos condicionantes históricos materiais das ideias.” (Paula, 1997, p. 36) – grifos meu.

Dessa forma, a economia política seria uma das expressões intelectuais próprias do advento do capitalismo. Ela tentará compreender as relações sociais tipicamente capitalistas e, assim, entender o papel que desempenham categorias como: trabalho, dinheiro, capital e valor na sociedade mercantil. Portanto, para esses autores o desenvolvimento da economia política estaria condicionado ao desenvolvimento das relações sociais de tipo capitalista¹¹.

Inclusive, para Marx (1859) é a compreensão dessas categorias, em especial a análise da mercadoria, que se desdobra na análise do trabalho e do dinheiro, o eixo que organiza a economia política clássica, *“que começa na Inglaterra com William Petty, na França com Boisguillebert e termina com Ricardo na Inglaterra e Sismondi na França”* (Marx, 1859 [2007], p.79). E ao se referir a Petty, em sua *“Aritmética Política”*, vê ali a *“primeira forma sob a qual a Economia Política se destaca como ciência independente.”*

¹¹ Paula, Cerqueira e Albuquerque (2007), aprofundam e complementam a visão desenvolvida por Marx e sistematizada por Rubin. Ao falarem de *“estilos nacionais de economia política”*, incorporam a dimensão nacional presente no pensamento econômico. O desenvolvimento capitalista se dá de forma desigual entre as nações, as disputas políticas se veem condicionadas disputa dos governos nacionais e cada nação guarda característica culturais únicas. Isso tudo influenciou e continua a influenciar o pensamento econômico. Dessa forma, enriquecem essa visão e desenvolvem uma agenda de pesquisa que já estava indicada em Marx (1859), ao falar das diferenças entre a economia política inglesa e francesa, mas que ainda está por se desenvolver. A importância de se compreender os estilos nacionais de economia política ganha enorme centralidade no momento em que passamos a discutir o pensamento econômico brasileiro ou a economia política brasileira, discussão em que Teixeira (2011) se posicionou.

(Marx, 1859[2007], p.81), por apresentar de forma científica a problemática do valor¹². Ou seja, é o valor o objeto unificador do pensamento clássico, Paula, Cerqueira e Albuquerque (2007).

Acredito que, para Marx, a economia política se destaca como ciência no momento em que começa a ser capaz de explicar as formas sociais capitalistas: em especial o valor, como sendo coisa diferente de sua forma imediatamente aparente: o valor de troca, *“aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas.”* (Marx, 1894 [1980], p. 939). Nesse sentido, a resenha que realiza dos autores clássicos, em *“Contribuição para a Crítica da Economia Política”*, busca sistematizar as explicações dadas para as relações entre valor de uso e trabalho concreto e valor de troca e tempo de trabalho, ou seja, os elementos constitutivos de sua teoria do valor.

Como nos lembra Rubin (1929 [2014]), mesmo que alguns filósofos da Antiguidade Clássica como Platão ou Aristóteles ou pensadores escolásticos da Idade Média, como São Tomás de Aquino tratem de problemas tipicamente econômicos, os seus trabalhos estão limitados pela sua própria temporalidade histórica, não conseguindo elaborar para além das categorias pouco desenvolvidas ou muito simples da economia escravista antiga ou da economia natural medieval. Por exemplo, embora figuras como o dinheiro já existam muito antes do capitalismo, somente no capitalismo o dinheiro assume uma dinâmica própria que o coloca no centro da vida social e, conseqüentemente, ele passa a ser um importante objeto de estudo e reflexão.

Entretanto, os atores sociais que dirigem o pensamento nunca aparecem desvinculados de suas classes sociais. E, por isso, não é possível compreender a economia política como um fenômeno intelectual derivado do próprio desenvolvimento do capitalismo, assim como do desenvolvimento da classe burguesa. Daí, desdobramos, mais um elemento importante em relação à “economia política”: o fato de ela estar ligada às

¹² Da mesma forma, Rubin (1929 [2014]) percebe *“uma crescente preocupação com a teoria”* na literatura mercantilista de meados do século XVII. Para Rubin (1929 [2014]), Petty expressaria *“uma corrente filosófica”* [no interior da literatura mercantilista], *mais inclinada a generalizações teóricas.* Em suas palavras: *“Ao lado dos estreitos debatedores de questões práticas cotidianas, agora surgia entre os mercantilistas escritores com uma ampla visão científica (Petty), além dos mais eminentes filósofos da época (Locke, Berkeley, Hume).”* (Rubin, 1929 [2014], p.95)

paixões e interesses. Como ciência social, não é desinteressada, passiva ou neutra, do ponto de vista político e social, pelo contrário, é produto e é produtora da luta política, dos conflitos sociais. É o reflexo no plano das ideias das disputas existentes no seio da sociedade civil em determinado período histórico¹³. Como nos diz Marx, no Posfácio da segunda edição de O Capital:

“No domínio da economia política, a livre investigação científica não só se defronta com o mesmo inimigo presente em todos os outros domínios, mas também a natureza peculiar do material com que ela lida convoca ao campo de batalha as paixões mais violentas, mesquinhas e execráveis do coração humano, as fúrias do interesse privado. A Alta Igreja da Inglaterra, por exemplo, perdoaria antes o ataque a 38 de seus 39 artigos de fé do que a 1/39 de suas rendas em dinheiro. Atualmente, o próprio ateísmo é uma culpa levis se comparado com a crítica às relações tradicionais de propriedade.” (Marx, 1867 [2013], p.80) – grifos meu.

Essa visão de economia política compreende, historicamente, a economia política como estando vinculada à visão social de mundo burguesa. Com isso, as possibilidades científicas da economia política ficam vinculadas à postura que a burguesia assume no terreno da luta de classes. Assim, o pensamento burguês só conseguiria ter uma postura científica frente ao seu objeto de estudo – as relações sociais capitalistas, no período de transição e constituição do capitalismo como modo de produção, que para Marx se consolida com a formação da grande indústria em meados do século XIX.

“[A economia política] Por ser burguesa, isto é, por entender a ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente transitório do desenvolvimento, a economia política só pode continuar a ser uma ciência enquanto a luta de classes

¹³ “Nas teorias que se voltam para a vida social, muito mais que naquelas que têm por objeto a análise das realidades da natureza, as controvérsias extrapolam as diferenças relativas a métodos, hipóteses e procedimentos de pesquisa; além de divergências nesses domínios, nas teorias e ciências sociais as polêmicas e mesmo as oposições frontais devem-se ao fato de elas lidarem com interesses muito determinados de classes e grupos sociais.” (Netto e Braz, 2006, p. 15)

permanecer latente ou manifestar-se apenas isoladamente.
 (Marx, 1867[2013], p. 84-85) – grifo meu.

Como poderemos ver mais à frente, para essa visão de economia política, a crise pela qual a economia política clássica irá atravessar na segunda metade do século XIX, no período que caracterizamos como um processo de distanciamento da contribuição de Ricardo, não significará uma crise da economia política – enquanto ciência mas, sim, uma crise da economia burguesa. E, conseqüentemente, o pleno desenvolvimento científico da economia política só será possível a partir dos intelectuais que expressem os interesses da classe trabalhadora.

Por fim, como o pensamento de Aloísio Teixeira dialoga com as posições apresentadas anteriormente? De duas formas. A primeira, que foge ao escopo dessa dissertação e que nos limitaremos a indicar, diz respeito, ao método que aplicava ao estudo dos interpretes do Brasil, ou especificamente, da economia política brasileira. Nesse ponto, Teixeira, recorre ao método desenvolvido por Marx e sistematizado por Rubin. Ele sempre tentou localizar ou situar o pensamento dos autores que estudou, em seu contexto histórico, revelando-o como um fruto ou um aspecto deste contexto. A segunda forma é que para Teixeira (2000) a formulação da economia política é um fenômeno intelectual que só é possível com o desenvolvimento capitalista – isso não impedirá de reconhecer a inflexão existente em Adam Smith, e que apresentaremos mais à frente como a visão hegemônica do conceito de economia política.

II.2.ii) *Schumpeter: política econômica e economia política*

Antes de apresentarmos a visão de Schumpeter sobre o tema, precisamos alertar o leitor para as diferentes posições que Schumpeter apresenta ao longo de sua obra, em relação à conceptualização que faz sobre economia política e o seu desenvolvimento científico.

Em Schumpeter (1924), publicado no Brasil, com o título de *Fundamentos do Pensamento Econômico*, ele entende a Economia Política como uma ciência que teria se formado no final do século XVIII – *A Riqueza das Nações*, é a sua referência – a partir de

uma dupla origem: uma na filosofia moral e outra ligada à reflexão sobre os problemas práticos da gestão do Estado e da vida econômica¹⁴. Desse ponto de vista, Schumpeter se coloca no campo da posição hegemônica que será apresentada em seguida.

Entretanto, em Schumpeter (1954) – *História da Análise Econômica*, temos uma posição bastante diferente. Schumpeter (1954) se pergunta, se a Economia é ou não é uma ciência. Para responder a pergunta que ele mesmo se coloca, ele irá definir o que entende por ciência. A conclusão a que chega é que uma determinada área do conhecimento humano, para atingir o status de conhecimento científico, precisa se distinguir do senso-comum e deve se especializar. Nas suas palavras:

*“uma ciência é qualquer espécie de conhecimento que seja objeto de esforços conscientes para aperfeiçoá-lo. Tais esforços produzem modos de pensamento – métodos ou “técnicas” – e uma ordem de fatos revelados por estas técnicas que estão além da disposição dos hábitos mentais e do conhecido empírico da vida cotidiana. [...] Ciência é qualquer campo do conhecimento que tenha desenvolvido técnicas especializadas de verificação de fatos e de interpretação ou inferência (análise). [...] Ciência é qualquer campo de conhecimentos no qual há pessoas, denominadas pesquisadores, cientistas ou eruditos, que perseguem o objetivo de aperfeiçoar o conjunto preexistente de fatos e métodos e que, no processo de consecução, adquirem um conhecimento aprofundado a respeito de ambos que os diferencia do leigo e eventualmente também do mero profissional. Muitas outras definições poderiam ser consideradas satisfatórias: (1) **Ciência é refinamento do bom-senso;** (2) **Ciência é conhecimento dirigido.**”* (Schumpeter, 1954[1964], p. 28) – grifo meu.

¹⁴ “A Economia Política científica, tal como se constituiu por volta dos fins do século XVIII, tem duas origens que convém distinguir claramente. As obras do século XVIII recolhem tudo o que havia sido elaborado até aquele momento para transmiti-lo às épocas seguintes e, entre todas elas, *A Riqueza das Nações* é de longe, a mais importante. Estas obras nos oferecem dois grupos de ideias que foram, durante muito tempo, independentes um do outro. Um deles é constituído pela obra dos filósofos, no sentido mais lato da palavra, dos pensadores para quem a vida social e as formas da sua atividade, concepção do Universo: em outras palavras, este primeiro grupo tem a filosofia, a mãe das ciências como origem. O segundo se formou graças a inteligência de tipos bastante diferentes, estimuladas a interessar-se pelos problemas práticos do momento.” (Schumpeter, 1924[1968], p. 11-12). Interessante notar que a construção que Teixeira (2000) apresenta para o conceito de Economia Política, aproxima-se, em certa medida, dessa construção feita por Schumpeter (1924)

Nesse sentido, sendo coerente com a sua posição inicial, Schumpeter (1954) rejeita a possibilidade da Economia ter se estabelecido enquanto ciência com os economistas clássicos. Schumpeter (1954), embora reconheça as importantes contribuições desses autores como de uma ampla gama de economistas anteriores e posteriores aos autores clássicos, não acredita que esses autores haviam superado, em razoável medida, o senso comum, entendendo-os como pré-científicos:

“No que se refere à Economia, só a ignorância ou o espírito tendencioso podem admitir como pressuposto que A. Smith, F. Quesnay, Sir William Petty ou quaisquer outros tenham fundado esta ciência, ou que o historiador deva começar seu estudo com algum deles. Deve-se admitir, porém, que a Economia constitui, em si, um problema muito mais difícil, porque o conhecimento derivado do senso comum leva, neste caso, mais longe relativamente a um conhecimento científico que em qualquer outro ramo. O conhecimento leigo que estipula que as colheitas abundantes estão associadas a preços baixos de gêneros alimentícios ou que a divisão do trabalho aumenta a eficiência do processo produtivo são obviamente pré-científico e é absurdo visar tais afirmativas em velhos escritos como se constituíssem descobertas.” (Schumpeter, 1954[1964], p. 30) – grifos meus.

Vejamos que os exemplos escolhidos por Schumpeter (1954) estão longe de serem aleatórios. Ao refutar a origem da Economia como ciência nos autores enumerados, ele abre o debate com Marx que vê a origem da Economia Política clássica em Petty e com a visão hegemônica que vê a origem em Smith, como mostraremos em seguida.

Para Schumpeter, o que distinguiria o economista científico dos demais (pré-científicos ou não-científicos) seria o domínio das técnicas econômicas: história, estatística e “teoria” – que definiria a Análise Econômica¹⁵. É importante frisar o destaque que ele dá

¹⁵ “O que distingue o economista científico de todos os demais é um controle das técnicas que classificamos sob três títulos: história, estatística e “teoria”. O conjunto das três formas o que denominamos Análise Econômica” (Schumpeter, 1954[1968], p. 34)

para o domínio da história que, das técnicas, considera a mais importante¹⁶. Outro ponto importante é que, para ele, o primeiro economista a desenvolver a teoria econômica de forma plena e satisfatória será Walras, dessa forma, Schumpeter referencia a origem da moderna ciência econômica na revolução marginalista. Por fim, irá identificar em Marshall o primeiro economista a atingir plenamente tais qualificações:

“Chamaremos de Economia (científica) à soma total das técnicas teóricas, históricas e estatísticas que foram caracterizadas nos parágrafos anteriores, juntamente com os resultados que elas ajudaram a produzir. O grande tratado de A. Marshall foi o primeiro a estabelecer este uso, por volta de 1870, pelo menos na Inglaterra e nos Estados Unidos” (Schumpeter, 1954[1968], p.44)

Portanto, o ponto de inflexão que Schumpeter (1954) identifica como sendo o momento em que a Economia se constitui enquanto ciência, que seria em Marshall, é aquele que Teixeira (2000 e 1990) irá identificar como o ponto em que há a substituição da expressão economia política pelo termo *economics* para indicar a ciência dos economistas. Enquanto Teixeira (2000 e 1990) vê uma mudança do método e do objeto da ciência econômica, Schumpeter (1954) percebe um amadurecimento, uma evolução, a sistematização tardia de um conjunto de instrumentos de análise que só viria a tomar corpo a partir de Marshall.

Por isso é que atribuímos a Schumpeter (1954) a origem da interpretação contemporânea da economia política como pré-história de uma ciência que só se pôs no fim do século XIX. O importante, para os fins desse trabalho, é destacar que isso é uma construção teórica realizada no âmbito da História do Pensamento Econômico.

Por fim, cabe destacar o tratamento que Schumpeter dá à expressão economia política. Primeiro, ele faz questão de reconhecer que o entendimento que se tem pela

¹⁶ *“porque a Economia em seu fundamento é essencialmente um processo único no tempo histórico. Ninguém poderá entender o complexo econômico de qualquer época, a presente inclusive, senão possuir uma visão adequada dos fatos históricos e senso histórico bastante, ou algo que pode ser classificado como experiência histórica”* (Schumpeter, 1954[1968], p.35)

expressão economia política é controverso na literatura econômica¹⁷. Em segundo lugar, associa a economia política às preocupações ligadas a política econômica:

“o único compromisso a que ela [a Economia Política] se atinha era com a economia do Estado [...] ou, o que é a mesma coisa, com a política governamental de natureza econômica. Esta sugestão, [...] implica num entendimento por demais restrito do escopo da Economia.” (Schumpeter, 1954[1968], p.44)

Se é verdade que essa construção coloque a economia política como um pedaço de uma ciência mais ampla (ou mais geral) que seria a Economia¹⁸ e, dessa forma, redefina a expressão economia política – é também verdade que o autor realiza esse movimento de maneira consciente e explícita no seu texto. É interessante notar, o quanto essa interpretação recoloca a questão do Estado para a economia política, em especial, para os clássicos.

II.2.iii) A visão hegemônica: o objeto econômico

A visão hegemônica na história do pensamento econômico é aquela que identifica na contribuição de Adam Smith, mais precisamente em *A Riqueza das Nações*, o ponto de

¹⁷ “note-se que por Economia Política autores diferentes, e em alguns casos, ao usá-lo, querem referir-se efetivamente à Teoria Econômica ou à Economia pura.” (Schumpeter, 1954[1968], p.46). Para Schumpeter, a diferença de interpretações em relação à expressão Economia Política não se limita à denominação dada ao tipo de contribuição dos autores clássicos, mas sim, com a apropriação que será feita pelos marxista para a expressão.

¹⁸ “Incidentalmente, superestima a distinção um tanto sem sentido que existe entre Economia e Economia da Empresa. É preciso que se entenda que não adotamos esta distinção entre as duas concepções e que todos os fatos e instrumentos relevantes para a análise do comportamento individual da empresa, passado ou presente, trazem em seu interior o sentido que temos de Economia [...] e, por esse motivo, deveriam ser acrescentados ao domínio de qualquer Economia Política do passado, por mais restrito que fosse. **Adotamos, porém, um novo significado para o termo Economia Política que inclui este último sentido.** (Schumpeter, 1954[1968], p.45) – grifos meu.

inflexão a partir do qual a economia política se constituiu como ramo autônomo do pensamento científico.

Atribuimos o título de “visão hegemônica”, uma vez que, essa visão é compartilhada pela ampla maioria dos historiadores do pensamento econômico e, também, por ela ser transversal a várias correntes do pensamento econômico (marxistas, rraffianos, neoricardianos e alguns autores neoclássicos). Até onde a pesquisa dessa dissertação conseguiu mapear, destacamos: Bennetti (1987), Tolipan (1983, 1984 e 1990), Dobb (1978), Deane (1980), Teixeira (1984 e 2000) e Netto e Reis (2006).

Outro ponto que justifica o título de “*hegemônica*”, deve-se ao fato de que mesmo os autores que não compartilham dessa visão e diverjam dela veem a necessidade de mencioná-la em seus textos. Assim é com Rubin (1929 [2014]), que chama essa visão de a “usual” em economia política. E mesmo Schumpeter (1954) precisa apresentar essa posição para poder se diferenciar dela.

Adam Smith inscreve-se e revoluciona a longa tradição liberal da filosofia política inglesa. Hobbes, Locke e Hume, que precedem Adam Smith, possuem como centro de suas preocupações, a essência da natureza humana e, conseqüentemente, o fundamento da sociedade civil e do Estado. Smith irá revolucionar a forma como se articulam essas categorias.

Hobbes tem como ponto de partida de sua elaboração teórica, uma hipótese sobre a essência da natureza humana na qual o homem seria essencialmente egoísta e preocupado com a sua autopreservação. A partir daí, Hobbes constrói a ideia de *estado de natureza* na qual o conflito entre os homens levaria à desagregação e à autodestruição. Em Hobbes, o conflito aparece como um desdobramento natural de um ser humano egoísta.

Daí, para Hobbes, a criação do Estado se coloca como uma necessidade, a fim de garantir a preservação dos homens. A constituição da sociedade só é possível a partir da intervenção coercitiva do Estado; dessa forma, os indivíduos devem ceder parte de sua liberdade e, através do contrato social, estabelece-se simultaneamente Estado e sociedade.

Na abordagem hobbesiana, a sociedade não existe sem o Estado e o seu princípio ordenador se encontra no Estado, ou seja, a sociedade é uma possibilidade que se coloca a partir da constituição do Estado. É o Estado que define a sociedade civil e não o contrário. Estamos diante de uma primeira explicação liberal para a origem do Estado, na qual, o

Estado aparece com o objetivo de preservar o indivíduo e a sua legitimidade deriva dessa relação.

Locke representa uma primeira reação a essa interpretação. Diferentemente de Hobbes, para Locke a essência da natureza humana seria boa. Dessa forma, Locke reconstrói a ideia de estado de natureza presente em Hobbes e vê um estado de natureza no qual “*todo homem é depositário do resto da humanidade e deve fazer respeitar as leis da natureza*” (Locke, 1988, apud, Ganem, 2000, p.10). As *leis da natureza* se desdobrariam nos direitos naturais dos indivíduos que poderiam ser sintetizados no direito à propriedade.

O direito à propriedade, não se limitaria a propriedade de bens materiais mas também significaria o direito à liberdade e à vida. Para Locke, a fonte da propriedade estaria no trabalho, faculdade natural e inalienável do homem. Dessa forma, a liberdade e a propriedade aparecem como direitos naturais constitutivos e ordenadores da sociedade civil.

Em Locke, embora a possibilidade do conflito e da desagregação ainda exista, ela não teria origem na natureza humana, mas sim na avareza da natureza física (Teixeira, 2000). Dessa forma, o Estado se impõe como uma consequência da sociedade civil e tem por objetivo preservar o direito natural da propriedade – elemento ordenador da sociedade civil. Locke é um representante genuíno do liberalismo burguês, a sociedade civil existe anteriormente ao Estado e o Estado aparece como reflexo da sociedade civil, a fim de preservá-la, protegendo o direito a propriedade.

O Estado, como garantidor último do direito à propriedade (privada), será um elemento fundamental do liberalismo que o pensamento burguês dificilmente irá abrir mão. Esse princípio estará presente em Smith, como uma condição jurídica-institucional, necessária para o desenvolvimento de seu sistema econômico, Ganem (2000).

Hume leva a crítica da hipótese de Hobbes a cerca da essência da natureza humana ao limite. Hume renúncia à ideia de estado de natureza presente nos racionalistas ingleses (Hobbes e Locke) e assume uma posição empirista, na qual tenta compreender o comportamento humano a partir dos próprios “sentimento” humanos.

Em Hume o ser humano assume um comportamento altruísta. Para ele “*o indivíduo se constrói enquanto sujeito através de sua relação com o outro*” (Pimentel, 2013, p.52), o que, conseqüentemente, se refletiria nos sentimentos de aprovação e adequação; a isso

Hume chamou de “simpatia”. Com essa hipótese moral (e psicológica) sobre o comportamento dos indivíduos, Hume acredita que isto levaria a um comportamento virtuoso, no qual “*cada um é levado a trabalhar para os demais*” (Napoleoni, 1978, p. 44). Em Hume, já aparecem importantes elementos da contribuição smithiana, na qual a inter-relação dos indivíduos é capaz de coordenar a sociedade, mas em Hume ela se dá no plano intersubjetivo. Contudo, no plano objetivo a necessidade da coordenação do Estado não consegue ser superada.

Porém,

“qualquer que seja, no entanto, a visão sobre a essência da natureza humana do egoísmo ao altruísmo, é o Estado – como fundador ou como garantidor da ordem social – que constitui a arena na qual se revelam e se resolvem as contradições e os conflitos. Economia e política não constituem um mundo dual, mas esferas superpostas em que a política submete a economia” (Teixeira, 2000, p. 95)

A contribuição de Smith será revolucionária. Smith supera a dicotomia psicológica da filosofia política inglesa entre egoísmo e altruísmo e apresenta uma nova síntese para o problema. Smith aceita o altruísmo como dominante em todas as esferas do comportamento humano, com exceção da esfera que se relaciona com a obtenção da riqueza material; nessa esfera, o egoísmo seria dominante, (Teixeira, 2000).

A revolução smithiana, está em demonstrar que no momento em que todos os indivíduos buscam, através da produção e da troca, obter o máximo de vantagens pessoais, acabam por gerar o máximo de benefícios para todos. Os vícios privados podem, agora, produzir virtudes públicas. É um movimento dialético e que utiliza a noção de totalidade.

A ideia de simpatia presente em Hume, na qual um homem trabalha para o bem dos demais, resignifica-se na abordagem smithiana, sai de uma perspectiva moral ou subjetiva e toma uma dimensão objetiva. O mérito de *A Riqueza das Nações* está em demonstrar de maneira completa essa possibilidade.

A única condição que se coloca é que no processo em que cada indivíduo luta para obter o máximo de vantagem pessoal, não possa um indivíduo impedir o outro de fazer o mesmo. Assim, resgata-se a ideia construída por Locke que cabe ao estado garantir o direito à propriedade, à vida e à liberdade. Porém essa questão já se coloca de forma inteiramente

diferente, existe um princípio fundado na livre concorrência que organiza o funcionamento da sociedade.

Adam Smith realiza essa construção teórica, apresentando de forma objetiva, sistemática e completa os elementos que explicam o funcionamento do seu sistema econômico. Passa a ser possível explicar o fundamento da vida social a partir das relações econômicas, dos determinantes da produção e da troca. Dessa maneira, ele constrói o “objeto econômico” autonomizando as relações econômicas das demais relações sociais¹⁹. Essa inflexão, representará para a maioria dos historiadores do pensamento econômico o momento em que a economia se autonomiza ou se destaca como ramo autônomo do pensamento científico. E, nesse ponto, também se fundaria a economia política clássica.

Bennetti (1987) e Tolipan (1983, 1984 e 1990) defendem que Smith separa o mundo político do mundo econômico e mais, se antes a esfera econômica se via submetida à lógica das decisões políticas, isso não se verificaria mais. Eles acreditam, portanto, que a economia política teria um vício de origem que seria a compreensão limitada do papel do Estado na vida social. E as suas consequências para o pensamento econômico recairiam, sobretudo, na explicação do papel da moeda no sistema econômico.

“A “visão de mundo” dos economistas clássicos afasta também outra questão importante na definição da sociedade burguesa. Refiro-me à presença do Estado. (...) A eliminação do político se dá pela dupla substituição da noção do estado pela de “mão invisível” (mais tarde Ricardo vai se referir a um “gênio superior”) e de noção de dinheiro pela de valor. Como é sabido, o Príncipe no discurso econômico clássico fica relegado ao poder de polícia e tributação e à diplomacia, vis-a-vis uma sociedade radicalmente econômica. Mas o fundamental é que dinheiro e poder político são desmoralizados pelas noções de valor real e poder de compra.” (Tolipan, 1990, p. 73)

¹⁹ O que leva a muitos economistas a não compreenderem as relações sociais de produção como relações políticas, apenas a interpretam dentro dos limites do contrato de trabalho, compreendendo-a como uma relação jurídica, quando não, como relações naturais.

Tolipan (1990) e Bennetti (1987), se colocam no debate, entendendo a moeda como uma criação do Estado²⁰. Portanto, para eles, recuperar os caminhos da economia política clássica passaria por corrigir esse vício de origem e incorporar o papel do Estado em seu sistema econômico, reformulando a sua teoria monetária.

Teixeira (1984 e 2000) se coloca nessa discussão de forma muito interessante. Embora seja um marxista – o que o colocaria de antemão na posição apresentada no ponto anterior – dá centralidade a essa contribuição de Smith e considera que a economia política se autonomiza como ramo do conhecimento a partir da contribuição desse autor pelos motivos já expostos. Contudo, não acompanha Tolipan (1990) em sua crítica, e de sua leitura é possível extrairmos algumas críticas às posições apresentadas por Tolipan (1990), são elas: i) não é verdade que os autores clássicos desprezem o papel do Estado em suas elaborações; ii) não é verdade que as limitações em compreender o papel da moeda derivem necessariamente da incompreensão do papel do Estado; iii) tão pouco que Marx reproduza a visão dos economistas clássicos nos aspectos que se referem a teoria do dinheiro.

Em relação à primeira crítica, ela já aparece no próprio Schumpeter. Os autores clássicos, em geral, têm suas preocupações voltadas para orientar a política econômica, de forma a privilegiar a classe que representam; temas como tributação, políticas de comércio exterior, regulação das relações de trabalho, são recorrentes na literatura clássica. Embora, Adam Smith, em *A Riqueza das Nações* seja capaz de delimitar a esfera econômica e a entendê-la a partir de sua lógica interna, isso não implica que ele despreze as inter-relações entre a esfera política e a esfera econômica, o que é diferente do que se consolidou nos autores neoclássicos, onde as relações econômicas são vistas como um fenômeno natural, e não social, e que o Estado não cumpre papel nenhum em seus sistemas teóricos.

²⁰ Tolipan (1990) acredita que todo o desenvolvimento da teoria do valor dos economistas clássicos, e aí inclusive Marx, afastam-se da explicação do dinheiro: “Segundo esta concepção, a moeda é um meio técnico de simplificação das trocas, inessencial, no entanto, pois estas podem se passar sem ela. A presença da moeda cinde o mundo econômico em duas esferas: a monetária, produtora de ilusões sobre o agente prático, e a real, onde residem as verdadeiras leis de organização e funcionamento deste mundo. A ciência passa a ser necessária (não apenas desejável), pois é o recurso contra a ilusão do agente prático ofuscado pela esfera monetária. Neste mundo dual, portanto, não apenas a moeda é inessencial (apesar de cômoda), nela não residindo a verdadeira riqueza capitalista, como é o lugar de uma engano. A contabilidade monetária falsificaria a realidade econômica. Desse modo, o gesto inicial da ciência econômica é o de afastar a moeda do conceito de realidade, ocultar sua obvia presença. Este é o gesto que desautorizaria o simples olhar a abriria espaço para a investigação (inquiry). Essência e aparência na célebre fórmula de Marx deixariam de se confundir.” (Tolipan, 1990, p. 93)

Segundo, o limite da compreensão dos clássicos em relação à moeda deve-se ao seu método. É por isso que os clássicos compreendem a moeda a partir de sua forma natural como uma mercadoria especial ou como uma mercadoria qualquer. Assim, discutir o funcionamento da moeda significa discutir as suas características como valor de uso, suas características naturais.

Se é verdade, carece aos autores clássicos uma teoria da moeda, pelos motivos expostos anteriormente. Para Teixeira (1984 e 2000) um dos elementos que qualificam a crítica da economia política de Marx, no sentido da superação dos autores clássicos, reside na sua teoria do dinheiro. O ponto chave para entendermos as diferenças entre os clássicos e Marx, está no seu método.

Marx entende o dinheiro para além da sua forma natural; o dinheiro, para Marx, é a manifestação do valor, e portanto, deve ser compreendido a partir do desenvolvimento dessa categoria. Assim, o dinheiro é o ponto de chegada do desenvolvimento da forma do valor. O dinheiro aparece em sua teorização como o concreto pensado, ou seja, a síntese de múltiplas determinações. Em sua investigação, partimos da mercadoria e da relação de troca entre duas mercadorias para perceber a forma de manifestação do valor. Assim, a investigação pode avançar sobre o conteúdo próprio do valor e encontrar o seu fundamento no trabalho. De mão dessa primeira compreensão do valor, pode-se voltar à forma valor e compreender como se dá o seu desenvolvimento, da forma simples do valor, a mercadoria, até a sua forma mais desenvolvida que é o dinheiro. Finalmente, é o dinheiro a autonomização do valor que permite, no âmbito da circulação, chegar-se a forma do capital.

Por isso, inclusive Teixeira (1984 e 2000) acredita que a partir da redefinição das categorias do trabalho e do dinheiro é que Marx constrói o conceito de capital e pode redefinir o método e o objeto da economia política. Por fim, ele acredita que através da forma como entende o dinheiro, Marx recoloca a questão do Estado no interior de sua interpretação da dinâmica econômica, solucionando o problema identificado por Tolipan (1990).

II.3) Conclusão

Abrimos o capítulo apresentando a visão de Aloisio Teixeira sobre o conceito de economia política. Em seguida, a contrastamos com outras três visões que acreditamos que se comunicam com o trabalho de Teixeira. A visão hegemônica, que vê a autonomização da economia política enquanto ciência na autonomização do mundo econômico e a visão de Marx e Rubin que tem a história como fundamento e identificam no desenvolvimento da teoria do valor o elemento em torno do qual se organiza a economia política clássica. Ambas as visões serão incorporadas pelo pensamento de Teixeira. Na outra ponta, apresentamos a visão de Schumpeter que será criticada por Teixeira, ele acredita que essa visão reduz a economia política a uma etapa primitiva do conhecimento científico.

Contudo, o que é muito interessante é que independente das visões de economia política que se tenha, parece ser impossível se definir o conceito de economia política sem se recorrer a uma definição do que é ser clássico. Se definirmos a economia política clássica como uma corrente de pensamento dentro da economia política, é inusitado perceber que quando a economia política se constituiu como ciência é justamente o momento em que coincide, para as diferentes posições, com o momento em que se atribui o título de clássico ao pensamento econômico da época. É assim para a visão hegemônica que vê a autonomização em Smith e define os autores clássicos a partir desse autor, é assim com Marx que vê em Petty o ponto em que a economia política se destaca enquanto ciência.

Portanto, entender as diferentes visões do que é a economia política clássica parece ser a chave para se compreender as diferentes posições sobre o conceito de economia política. E isso será o tema do próximo capítulo.

III. Capítulo 2 – Diferentes visões sobre Economia Política Clássica

“As ideias econômicas não nascem no vácuo. Frequentemente surgem diretamente da agitação dos conflitos sociais. Nessas circunstâncias, os economistas agiram como escudeiros dessas classes, fornecendo-lhes as armas ideológicas necessárias para a defesa dos interesses de grupos sociais particulares – muitas vezes deixando de se preocupar com o desenvolvimento de sua própria obra e de dar a ela uma fundamentação teórica mais aprofundada.”
(Rubin, 1929 [2014], p.29)

O objetivo desse capítulo será apresentar as diferentes visões sobre os elementos que são constitutivos da economia política clássica como uma corrente do pensamento econômico e apresentar o contexto em que se desenvolve a sua crise. Assim, pretendemos apresentar os elementos teóricos e históricos que permitem a constituição do conceito de economia política clássica como objeto teórico próprio da História do Pensamento Econômico.

III.1) O conceito de Economia Política clássica na História do Pensamento Econômico e suas controvérsias

Como já alertamos no capítulo anterior, embora o conceito de economia política seja diferente do conceito de economia política clássica, existem nós no pensamento que aproximam esses conceitos.

Se entendemos por economia política o campo do conhecimento científico que tem por objetivo o estudo da economia capitalista e entendermos a economia política clássica como uma determinada forma do seu desenvolvimento que constituiu uma corrente do pensamento, é fácil compreender a economia política clássica como estando contida a economia política. Contudo, um nó se faz entre os dois conceitos, no momento em que percebemos que a economia política se constitui como ramo autônomo do conhecimento científico ou do pensamento social justamente quando a economia política clássica é

afirmada como corrente de pensamento econômico. Essa imbricação dos conceitos, de economia política e economia política clássica, está presente nas visões de Marx e Rubin e na visão hegemônica, apresentadas anteriormente.

Indo um pouco mais além, a consequência dessa imbricação poderia nos levar a interpretar a crise da economia política clássica como sendo uma crise da economia política. Contudo, esses nós se desfazem, a depender da interpretação que faremos das contribuições posteriores da economia política clássica, em especial, as contribuições de Marx e Sraffa. Por esse ângulo, a crise da economia política clássica não necessariamente representou a decadência da Economia Política²¹.

As visões sobre economia política clássica relacionam-se com as visões sobre o próprio nascimento da ciência. Ao analisá-las, pretendemos encontrar o modo como cada autor ou grupo de autores recorta o objeto e demonstra o argumento sobre o desenvolvimento da ciência econômica.

Nesse ponto, apresentamos as diferentes interpretações para o conceito de economia política clássica no interior da HPE. Malta (2005) nos apresenta quatro visões sobre o conceito de economia política clássica que refletem em quatro formas de se fazer História do Pensamento Econômico; são elas: as visões de Marshall/Veblen, Schumpeter, marxista e sraffiana. Iremos recuperar essa sistematização e apresentar uma resenha crítica, indicando algumas das suas limitações.

III.1.i) A visão de Marshall e Veblen sobre a Economia Política clássica

“Marshall, talvez mais do que ninguém, percebe o deslocamento realizado por Jevons, Menger e Walras. Inteligentemente, porém, reveste as novas ideias com a forma

²¹ Isso se interpretamos Marx como um autor que ao realizar a crítica da economia política redefiniu o objeto e o método dessa ciência. Assim Marx é uma ruptura com os clássicos, mas representa a continuidade de um mesmo campo do conhecimento e se pensarmos em Sraffa como restauração do pensamento clássico a partir de novas contribuições.

e o rito que as tornariam aceitáveis pela academia, apresentando-as como continuação do pensamento ricardiano” (Teixeira, 2000, p. 96)

Segundo Malta (2005) e Teixeira (1990), Marshall restabelece o vínculo perdido entre a tradição ricardiana (leia-se aqui a interpretação consagrada por J. S. Mill) e a revolução marginalista por um caminho alternativo à teoria do valor trabalho. Marshall enfatizaria a continuidade entre clássicos e neoclássicos, sendo o período clássico formado pelos autores Smith, Ricardo e Mill²².

Marshall parte da interpretação feita por Mill da obra de Ricardo, que substituíra a teoria do valor trabalho por uma teoria dos custos de produção. Na outra ponta, incorpora a contribuição dos autores pioneiros da revolução marginalista, recolocando o conceito de utilidade – não mais agora em uma relação utilidade-quantidade, mas sim em uma relação preço-quantidade. Dessa forma, Marshall recorre a uma dupla determinação do valor. O valor passa a ser explicado simultaneamente pela utilidade (demanda) e pelos custos (oferta), pois seriam ambos, os elementos fundamentais de uma teoria da oferta e da demanda²³. Assim, Marshall pode apresentar os conceitos gêmeos de utilidade e produtividade marginal. A essa nova síntese teórica proposta por Marshall, que compatibiliza a tradição ricardiana com a os autores marginalistas, Teixeira (1990) chama

²² *“O papel de Marshall – sem demérito para o que há de original em sua contribuição – foi exatamente o de absorver as novas e revisti-las de modo a parecer fundadas na velha tradição. Para isso era preciso recusar o “revolucionarismo” de Jevons e apresentá-las como a continuação direta do pensamento ricardiano. No entanto – e como veremos a seguir – não se trata tanto das ideias de Ricardo quanto da interpretação que Mill fazia deste autor.” (Teixeira, 1990, p. 6)*

²³ Segundo Teixeira (1990) essa abordagem abrirá espaço para o progressivo abandono do conceito de utilidade no interior do pensamento neoclássico: *“A pedra fundamental de todo o edifício marginalista, no entanto, consistiu exatamente na ab-rogação da teoria o valor-trabalho e na elaboração da teoria do valor-utilidade, no final do século passado. E, talvez, como em todo lançamento de pedras fundamentais, este também não tenha passado de um gesto simbólico, pois, ao término da construção, verificou-se que o conceito de utilidade havia-se revelado inteiramente desnecessário ao corpo teórico que permitiria fundar.” (Teixeira, 1990, p. 3 e 4).* A abordagem de Marshall, acaba por confundir os conceitos de valor e preço. Inverte-se a relação entre preço e valor. Os preços que deveriam ser explicados pelo conceito de valor, passam a explicar o próprio conceito de valor. Dobb (1978) percebeu essa inversão metodológica da teoria neoclássica que leva o progressivo abandono do conceito de valor e diz: *“Que garantia temos de que sejam criadoras ao invés de criaturas do preço de mercado? Não seriam aplicáveis a este caso a maior parte das objeções que se fazem às explicações do tipo “oferta e procura”? Não é arriscadamente semelhante a uma tentativa de imaginar a “constante de gravitação” sem o conceito de massa, substituindo-o, digamos, por outro como a “propensão à atração” de um objeto?” (Dobb, 1978, p.28)*

de “restauração” marshaliana:

“Em que reside afinal a “restauração” marshaliana? Em primeiro lugar, nesta volta aos clássicos, que se traduz na busca de um “justo meio” entre a tradição ricardiana, que privilegiava as condições de “oferta” na determinação do valor, e a “subversão” jevoniana, que dava ênfase ao lado da demanda. Em segundo lugar, em não adotar como ponto de partida a hipótese da disponibilidade dada de fatores produtivos (que de certa maneira, era uma hipótese forte nos trabalhos dos primeiros marginalistas), evitando a armadilha teórica do equilíbrio geral e/ou da função de produção neoclássica; paralelamente a isto é desenvolvido o método de análise do equilíbrio parcial. E, em terceiro lugar, na operação de substituição do par utilidade-quantidade pelo para quantidade-preço.” (Teixeira, 1990, p.11)

Veblen (1919) irá reforçar essa abordagem, afirmando a continuidade filosófica entre Smith, Ricardo e os marginalistas, identificando como elemento comum a abordagem utilitarista e a existência de uma hipótese psicológica hedonista.

Teixeira (1990) discorda da posição apresentada por Veblen (1919). Para Teixeira (1990), embora haja uma ruptura fundamental no núcleo da teoria do valor, na passagem dos clássicos para os neoclássicos, a continuidade entre clássicos e neoclássicos se justifica pela defesa da doutrina liberal, ou seja, pela visão de mundo burguesa, que pretende naturalizar e justificar as relações sociais capitalistas. Essa interpretação, dada por Teixeira (1990) e que também podemos encontrar em Napoleoni (1978), percebe o pensamento burguês em continuidade:

“Todo esse esforço, no plano da lógica, desenvolvido por Marshall tem por resultado algo que se situa além do campo da ciência econômica stricto sensu e que justifica a denominação neoclássica, com que é conhecida a escola marginalista. Apesar da ruptura fundamental que acarreta, há uma continuidade real, que diz respeito à defesa da doutrina liberal. Só que agora ela reaparece num contexto teórico em que se despojou de certas noções perigosas como a de classes e a de exploração, presentes nos economistas clássicos. Os lucros são elevados ao mesmo nível de respeitabilidade moral dos salários, e o capitalista, como o

trabalhador (ambos proprietários de algum fator de produção), merece uma recompensa pelos sacrifícios que faz em prol do bem-estar geral.” (Teixeira, 1990, p.14)

Para Malta (2005), a abordagem de Marshall e Veblen traria de forma implícita uma interpretação evolucionista da história do pensamento econômico. Assim, os diferentes autores seriam vistos em linha de continuidade. A contribuição de cada autor deveria ser avaliada em função da capacidade de antecipar os elementos consolidados na moderna teoria econômica – que sempre se encontraria em seu estágio mais avançado. A consequência dessa visão de HPE para a compreensão da economia política clássica, seria a substituição da interpretação que compreende a economia política clássica como uma corrente de pensamento e passaria a entendê-la como um “período” do pensamento econômico.

“Dentro desta perspectiva, o pensamento clássico se reduz a uma coleção de autores ingleses e escoceses que escreveram desde um pouco antes do período vitoriano até Marshall, quando se daria início ao pensamento neoclássico. Desta forma, deixaria de existir uma escola de pensamento clássica para existir um “período clássico”” (Malta, 2005, p.12)

Por fim, é interessante perceber como essa visão de economia política clássica irá se difundir dentro do pensamento econômico, reaparecendo em um autor como Keynes. No primeiro capítulo de sua *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, Keynes apresenta o seu trabalho como uma crítica à “teoria clássica”. Enquanto essa entenderia a economia apenas em um caso particular – o pleno emprego – o seu livro apresentava resultados gerais, considerando situações para além do pleno emprego: *“Denominei este livro A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, dando especial ênfase ao termo geral. O objetivo deste livro é contrastar a natureza de meus argumentos e conclusões com os da teoria clássica”* (Keynes, 1936, p.15). Porém, muito interessante é a sua visão de HPE que expressa em sua nota de rodapé, ao definir, o que ele entende por economia clássica:

“Os economistas clássicos” é uma denominação inventada por Marx para designar Ricardo e James Mill e seus

predecessores, isto é, os fundadores da teoria que culminou em Ricardo. Acostumei-me, talvez perpetrando um solecismo, a incluir na “escola clássica” os seguidores de Ricardo, ou seja, os que adotaram e aperfeiçoaram sua teoria, compreendendo (por exemplo) J. S. Mill, Marshall e o Prof. Pigou.” (Keynes, 1936, p.15)

Dessa forma, Keynes (1936) reproduz a visão de economia política clássica desenvolvida por Marshall que percebe em linha de continuidade os autores clássicos e neoclássicos.

III.1.ii) A visão de Schumpeter sobre a Economia Política clássica

A análise de Schumpeter sobre a Economia Clássica irá recuperar a opinião dos autores pioneiros da escola marginalista como Jevons e Wicksteed; esses, por sua vez, viam nas suas ideias a ruptura com a tradição ricardiana e o desenvolvimento da teoria do valor utilidade. Para Schumpeter, a teoria do valor trabalho deveria ser abandonada e os esforços da ciência econômica deveriam se concentrar no desenvolvimento da teoria do valor utilidade.

A periodização apresentada por Schumpeter (1924) para a economia política clássica define o seu começo na publicação de *A Riqueza das Nações* (1776), de Adam Smith, sendo ele o primeiro autor clássico e encerra com a publicação dos *Princípios de Economia Política* (1848) de J. S. Mill, tendo o seu ápice nos *Princípios de Economia Política* (1817) de Ricardo²⁴.

Segundo Schumpeter (1924), a origem da economia política enquanto ciência que inauguraria o seu período clássico seria de fácil identificação em Smith (1776), ele identifica uma dupla origem, como já apresentamos no capítulo anterior; uma origem

²⁴ “O nome de economistas clássicos é geralmente dado aos economistas ingleses de primeira categoria, durante o período que vai da publicação da *Riqueza das Nações* (1776; portanto, o próprio Smith é o primeiro deles) até a dos *Princípios de J. S. Mill*, em 1848. Nenhum progresso marca os primeiros vinte anos desse período; é uma época de repouso e de recolhimento. Em seguida, há uma ascensão vigorosa que atinge seu ponto culminante com os *Princípios de Ricardo* (1817).” (Schumpeter, 1924[1968], p.75)

“filosófica”, que representaria a ruptura de Smith em relação à filosofia política inglesa e uma origem “prática”, em que Schumpeter (1924) destaca as contribuições associadas aos saberes vinculadas às atividades ligadas à gestão das “políticas econômicas” dos nascentes Estados nacionais.

Contudo, para Schumpeter (1924), seria mais difícil identificar o fim da economia política clássica; para Schumpeter (1924) a crise da economia política clássica já se processaria antes de Mill (1848). Segundo Schumpeter (1924), “*O mais importante sucessor de Smith, que realmente o superou em determinada direção, boa ou má, é D. Ricardo*” (Schumpeter, 1924[1968], p. 77). Para ele, Ricardo teria desenvolvido a parte que julgava ser mais infrutífera do trabalho de Smith, a teoria do valor trabalho e a preocupação com a distribuição do produto social entre as diferentes classes sociais. Nesse sentido, identifica Marx como pertencente a tradição Ricardiana²⁵. Ele critica Marshall por se colocar em linha de continuidade em relação ao trabalho de Ricardo²⁶. E, mesmo assim, não deixa de identificar nesse autor o ponto em que a economia se constitui enquanto ciência- Schumpeter (1954).

Para ele, a escola ricardiana, teria chegado a um ponto de esgotamento teórico e os trabalhos que se seguiram a Ricardo caminharam mais no sentido de popularizar a teoria do que avançar no seu desenvolvimento teórico.

“É evidente que esta economia para o grande público, segundo a imagem que dela fez o leigo, era uma caricatura da ciência; à falta de profundidade, logo teve de ceder caminho a outras maneiras de ver. [...] Entretanto, diga-se, de passagem, que havia alguma razão nela, quando nos recordamos das concepções que as substituíram. Para nós duas coisas são mais importantes: em primeiro lugar foi

²⁵ “Mas outros autores pertencem à escola de Ricardo, embora, em geral, não os vinculemos a ela: Karl Marx” (Schumpeter, 1924[1968], p. 78)

²⁶ “o mais importante dos economistas ingleses da atualidade, A. Marshall não está ligado a ele senão por um vínculo muito tênue, decididamente o da reverência, embora ele próprio as vezes tenha afirmado o contrário.” (Schumpeter, 1924[1968], p. 78)

precisamente esta economia para o grande público que se converteu na base da ciência posterior e, em segundo, que o impulso científico se apagou” (Schumpeter, 1924[1968], p. 86)

Para Schumpeter (1924), “*desde a década 1830-40 uma queixa surge constantemente nas introduções dos trabalhos científicos: a ciência está parada. Essa crítica era justificável*” (Schumpeter, 1924[1968], p. 86). A impressão que ficamos é que Schumpeter (1924) rechaça o processo de “vulgarização” pelo qual a tradição ricardiana passou. Contudo, ao invés de ver um afastamento de Ricardo, ele associa esse movimento a um esvaziamento do conteúdo científico do pensamento ricardiano.

Dessa forma, o esgotamento científico estaria associado à teoria do valor trabalho, desenvolvida por Ricardo, para Schumpeter (1924), a teoria do valor trabalho seria infrutífera e incapaz de avançar na compreensão dos processos econômicos. Por isso, ela deveria ser substituída pela teoria do valor utilidade e pela abordagem da escola histórica alemã, que para Schumpeter seria superior do ponto de vista da análise em relação aos clássicos. Assim, diferentemente de Marshall, Schumpeter defende a ruptura entre clássicos e neoclássicos ou entre clássicos e marginalistas; o elemento que organiza a sua análise são as diferentes teorias do valor. E, para Schumpeter (1924), a contribuição de Marx se situaria dentro do escopo da economia política clássica.

Por fim, Schumpeter (1924) foi contemporâneo do movimento dirigido por Sraffa, de retomada da contribuição intelectual de Ricardo e sobre o tema ele se posiciona de maneira contrária:

“atualmente observamos em outros países, mas notadamente na Inglaterra, esforços que tendem a reabilitar os clássicos, principalmente Ricardo. Numerosos argumentos defendem essa reabilitação. Antes de tudo, do ponto de vista histórico, temos de avaliar a obra de Ricardo com mais justiça do que se costuma fazer. Além disso, do ponto de vista dos conhecimentos contemporâneos, muitas objeções são infundadas ou, pelo menos exageradas. Mas esta reabilitação tem limites. A tentativa de interpretação das teorias clássicas com o fito de eliminar delas os pontos de vista característicos que reprovamos e de procurar, nelas, todos os progressos da teoria posterior pode desfigurar a imagem que fazemos da

evolução científica de nossa ciência.” (Schumpeter, 1924[1968], p.86-87)

III.1.iii) *As visões Marxistas da Economia Política clássica*

As diferentes interpretações marxistas que buscam definir o conceito de economia política clássica são, permanentemente, atravessadas pelas diferentes interpretações que esses autores fazem da relação entre Marx e os economistas clássicos. Assim, não é possível compreender as diferentes interpretações marxistas para o conceito sem apresentar as diferentes visões para o sentido da crítica da economia política realizada por Marx em *O Capital*. Outro elemento que explica as diferentes visões dos marxistas, deriva das diferentes sistematizações que Marx apresentou para a história do pensamento econômico. Segundo Paula e Cerqueira (2014), Marx apresenta pelo menos três tentativas de sistematizar o pensamento econômico: uma primeiro ainda nos *Grundrisse* (Marx, 1857), uma outra em *Contribuição para a crítica da economia política* (Marx, 1859) e as Teorias da Mais-Valia²⁷. Em nossa opinião, as diferentes tentativas de sistematização do pensamento econômico realizadas por Marx refletem os diferentes estágios de desenvolvimento de sua pesquisa até a publicação de *O Capital*.

Nesse trabalho, sistematizamos as diferentes interpretações marxistas em quatro grupos, são elas: Teixeira e Belluzzo; Dobb; Napoleoni; e Rosdolsky.

Teixeira (1984 e 2000) e Belluzzo (1987) recuperam a definição de economia política clássica apresentada por Marx (1859), conseqüentemente compreendem a

²⁷ “Falou-se aqui de três tentativas de Marx de elaboração da “história das doutrinas”: a *Introdução aos Esboços da crítica da economia política (Grundrisse)*, escrita entre final de agosto de 1857 e meados de setembro de 1857; as partes A, B e C de *Para a crítica da economia política*, de 1859, a saber: “Apontamentos históricos para a análise da mercadoria”, “Teoria sobre a unidade de medida do dinheiro” e “Teoria sobre o meio de circulação e o dinheiro” (Marx, 1974); e, finalmente, o texto dos cadernos VI a XV, escritos entre março de 1862 e dezembro de 1862, e que fazem parte do chamado *Manuscritos de 1861-1863*, publicado entre 1905 e 1910, por Karl Kaustsky, com título de *Teoria da mais-valia* (Marx, 1974b).” Paula e Cerqueira (2014, p. 14)

economia política clássica a partir da problemática da construção do conceito de valor que se desenvolveu nos séculos XVII, XVIII e XIX. Marx, teria aplicado um novo método (materialismo dialético) aos problemas da economia política clássica e, assim, teria construído uma nova teoria do valor, redefinindo o objeto de estudo da economia política, que passaria a ser as leis gerais de funcionamento do modo de produção capitalista.

Dobb (1978) também irá compreender a economia política clássica a partir do conceito de valor, contudo irá tratar a questão de uma forma completamente diferente que Teixeira e Belluzzo. Dobb (1978) destaca os elementos de continuidade entre Marx e os autores clássicos. Para Dobb (1978), Marx teria aperfeiçoado e não superado a teoria do valor que teria origem em Smith e Ricardo.

A terceira interpretação a utilizar o conceito de valor para organizar a história do pensamento econômico e definir as fronteiras entre as correntes de pensamento será apresentada por Napoleni (1978). Ele irá apresentar o núcleo da economia dividido em três interpretações em relação ao conceito de valor: clássicos, neoclássicos e marxistas.

A última interpretação marxista para a economia política clássica não tem como referência o conceito de valor, mas sim o conceito de capital e será desenvolvida por Rosdolsky (1968).

a) Belluzzo e Teixeira: Da Problemática do Valor a Construção do Novo Objeto da Economia Política

*“Entre a pré-história (que se encerra com Stuart Mill) e a história (cujo marco inicial são os trabalhos dos primeiros marginalistas), no entanto, há um vazio, que não consegue ser incluído em nenhuma das duas e que na verdade, poderia ser considerado o ponto de partida para uma nova história: **Marx e sua crítica da economia política. Isto porque Marx, ao fazer a crítica das ideias de seus antecessores, tal como expressa em seus textos da maturidade, particularmente O Capital, constitui um novo objeto, um novo método e um novo programa de pesquisa para a Economia Política – objeto, método e programa de pesquisa que reconfiguram o***

próprio conceito de Economia Política.” (Teixeira, 2000, p. 97-98)

A primeira posição que apresentamos aqui está contida nos trabalhos de Belluzzo (1987) e Teixeira (1984 e 2000), eles recuperam a definição apresentada por Marx (1859) e compreendem a economia política clássica a partir das discussões em torno da problemática do valor. Para eles, o ponto de partida para Marx realizar a sua crítica da economia política seriam os “*problemas não resolvidos da Economia Política clássica*” que se situariam no campo da teoria do valor e, para Teixeira (1984 e 2000), isto se situaria especificamente em torno das compreensões das categorias de *trabalho e dinheiro*.

“é dos problemas não resolvidos pela Economia Clássica que Marx parte para construir um novo objeto de conhecimento. Este é o sentido da superação marxista da economia de Smith e Ricardo, que se apreende, antes de mais nada, pela formulação de uma nova teoria do valor” (Belluzzo, 1987, p.16)

Essa abordagem organiza o conceito de economia política clássica muito mais em torno da controvérsia do conceito de valor, do que pela atribuição de posições polares aos clássicos (teoria do valor trabalho versus teoria do valor utilidade)²⁸. Como já colocamos na abertura desse ponto, Marx realiza várias tentativas de sistematização do pensamento econômico de sua época. Em nossa opinião, as posições marxistas que tomam por base a teoria do valor para organizar o pensamento econômico referenciam-se, em grande parte, nas resenhas da *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Nesse texto, entendendo a riqueza na economia capitalista a partir da mercadoria, Marx pode reconstituir as diferentes interpretações que revelam os avanços e retrocessos que se deram em várias direções, em torno da compreensão das categorias trabalho, mercadoria e dinheiro e dos conceitos valor de uso, valor de troca e valor, recuperando desde os autores mercantilistas até Smith e Ricardo. E essa forma de organizar o pensamento econômico a partir da problemática do

²⁸ Isso não significa dizer que esses autores não compreendam as diferenças entre marginalistas e marxistas a partir da teoria do valor, opondo teoria do valor trabalho e teoria do valor utilidade. Contudo, para eles, a questão da teoria do valor ainda estava em aberto nos autores clássicos.

valor permite que Marx amplie o próprio conceito de economia política clássica, de maneira a incorporar a contribuição dos autores mercantilistas e fisiocratas. Nas palavras de Teixeira (2000):

“Dessa forma, Marx pode integrar a riqueza do pensamento mercantilista (Petty e Boisguilbert, em particular) à contribuição de Smith e Ricardo, ampliando o espaço analítico da economia clássica.” (Teixeira, 2000, p. 105)

Segundo Teixeira (1984 e 2000), será da crítica da filosofia especulativa alemã que Marx poderá desenvolver o seu próprio método de análise, o materialismo dialético. Enquanto os clássicos eram empirista e realizavam um movimento do pensamento que vai do concreto ao abstrato, Marx toma como ponto de partida o próprio real, realizando um movimento que vai do concreto ao abstrato e decompondo o real e feito o esforço de compreensão de cada parte do objeto, pode-se realizar um movimento no sentido oposto, de reconstrução do objeto no pensamento, indo do abstrato ao concreto, chegando-se ao concreto pensado.

Um exemplo desse movimento teórico, identificado por Teixeira (1984), situa-se sobre a compreensão da categoria do dinheiro. Para os clássicos, o dinheiro é entendido como uma mercadoria especial e explicado a partir da sua natureza, ou seja, de suas qualidades enquanto valor de uso. Marx entende o dinheiro de forma completamente diferente. Marx (1867), tendo como ponto de partida a mercadoria, pode construir as definições de valor de uso e valor, apresentando o conceito de valor como produto do trabalho (e conseqüentemente como uma relação social). Realizada essa primeira etapa, pode Marx explicar o dinheiro a partir do desenvolvimento da forma do valor. Portanto, embora o dinheiro em Marx seja uma mercadoria, ele não é explicado através da sua forma natural, mas sim, pela sua forma social, que é ser expressão do valor, ou seja, pela sua capacidade de cristalizar essa substância social. Assim, a categoria do dinheiro se situa no concreto pensado, ou seja, a compreensão do dinheiro só é possível a partir da síntese de elementos que precedem a análise do dinheiro e que já estão colocadas na mercadoria.

Segundo Teixeira, será a partir da redefinição das categorias do trabalho e do dinheiro que Marx poderá construir o conceito de capital e, assim, redefinir o objeto da

economia política. Por exemplo, seguindo essa interpretação, Belluzzo recoloca o problema da transformação dos valores em preço. Assim, se para a economia política clássica, na sociedade mercantil as trocas seriam definidas pela quantidade de trabalho incorporadas nas mercadorias, na sociedade capitalista as trocas seriam definidas pela quantidade de capital investido na produção. Ou ainda, a quantidade de trabalho social incorporada nas mercadorias seria determinada pela quantidade de capital investido na produção. Nas palavras de Teixeira (2000):

“Ao se tornar dominante, o capital subsume o trabalhador, aprisiona o trabalho, mercantiliza a força de trabalho e torna o processo de trabalho meio de produção de mais-valia e, portanto de capital. Por isso a troca, nas “sociedades em que rege a produção capitalista”, não se dá, como na “sociedade mercantil simples”, proporcionalmente à quantidade de trabalho, mas proporcionalmente à quantidade de capital investido na produção. Desvendar e desmistificar esse processo não significa negá-lo, mas reconstruí-lo como teoria – é isso que Marx faz.” (Teixeira, 2000, p. 103-104)

E, conseqüentemente, definindo o *capital* como o novo objeto da economia política. A compreensão da dinâmica de funcionamento do capitalismo passaria pela compreensão dos processos de concorrência, inovação, produção e acumulação.

Por fim, essa visão situa Marx fora da economia política clássica e compreende a sua contribuição no sentido da superação dialética dos economistas clássicos, colocando-se em oposição as outras visões marxistas que destacam os elementos de continuidade entre Marx e os economistas clássicos.

“Uma vez fixada as relações entre Economia Política e sua Crítica, pode-se compreender, perfeitamente, que a “volta a Ricardo” dificilmente poderia significar um retorno a Marx como o maior dos economistas clássicos, ou apenas como um ricardiano menor.” (Belluzzo, 1987, p.16)

b) Dobb: Teoria do Valor e a continuidade entre os Clássicos e Marx

A segunda posição, também interpreta a economia política clássica a partir da teoria do valor. Entretanto, Dobb (1978) apresenta a questão de forma completamente diferente dos autores apresentados anteriormente. Dobb (1978) considera que a economia política só consegue superar um estágio descritivo e classificatório e se constituir como ciência, com a publicação de *A Riqueza das Nações*; ele acredita que seria a partir da contribuição de Adam Smith que a problemática do valor assumiria uma perspectiva quantitativa, condição que considera necessária para a constituição de uma teoria do valor. Vejamos:

“Em Economia Política pode-se dizer que antes da publicação da “RIQUEZA DAS NAÇÕES”, o estudo das questões econômicas não havia ultrapassado o estágio descritivo e classificatório: o estágio da generalização primitiva e das investigações localizadas. Somente com o trabalho de Adam Smith, e sua mais rigorosa sistematização por Ricardo, pôde a Economia Política criar um princípio quantitativo unificador que habilitou a fazer postulados em termos do equilíbrio geral do sistema econômico - fazer afirmações determinísticas sobre as relações gerais entre os principais elementos do sistema. Em Economia Política, este princípio unificador ou sistema de afirmações gerais postos em forma quantitativa, constituem uma teoria do valor.”
(Dobb, 1978, p. 12)

Tendo como referência as diferentes teorias do valor, Dobb estabelece a polarização entre clássicos e marginalistas como o reflexo de duas teorias do valor antagônicas: uma fundada no conceito de valor-trabalho e outra, fundada no conceito de utilidade. Contudo, já identifica nos autores neoclássicos, o movimento que Teixeira (1990) também chama a atenção, que é o progressivo abandono de qualquer teoria do valor no interior do pensamento neoclássico.

Dobb (1978) construirá uma linha de continuidade entre Smith, Ricardo e Marx, na qual reforçará os elementos de continuidade entre Marx e os autores clássicos. Embora reconheça os limites de se tentar definir os autores clássicos a partir de uma teoria do valor

trabalho bem definida, ele identifica sucessivos progressos entre os autores no sentido da constituição de uma mesma teoria do valor.

Consequentemente, para essa abordagem, Marx representaria uma sofisticação da teoria do valor clássica. O elemento que caracterizaria a diferença da contribuição de Marx em relação aos seus antecessores seria a construção do conceito de mais-valia e, a partir daí, a explicação que Marx será capaz de dar para o lucro, o juro e a renda da terra²⁹.

Marx (1867) ressalta a diferença entre *trabalho* e *força de trabalho*. O desenvolvimento histórico do capitalismo expropriou os trabalhadores dos meios de produção e obrigou os trabalhadores a venderem a sua força de trabalho no mercado, transformando a força de trabalho em mercadoria. Consequentemente, a força de trabalho passaria a ter um valor. Esse valor corresponderia ao valor de uma cesta de bens necessários à subsistência do trabalhador³⁰. Por outro lado, o produto do trabalho teria seu valor definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Uma vez que o capitalista antecipa ao trabalhador o valor da sua subsistência, e sendo o produto do trabalho propriedade do capitalista, é da diferença entre o valor dos produtos do trabalho e valor da força de trabalho, que Marx pode definir a *mais-valia* (em produto, em tempo de trabalho e em valor).

Dessa forma, Marx pode explicar a mais-valia, ou ainda para os clássicos o excedente, sem que precise violar a troca de equivalentes. Ou seja, não é preciso recorrer à hipótese de que o capitalista para obter lucro precise comprar barato para vender caro. Marx (1867) percebe que o processo de produção é processo de criação de mais-valia e, portanto, de produção de capital.

Para Dobb (1978) até Marx (1867), as explicações para o excedente no interior da economia política clássica seriam insuficientes. A incompreensão da distinção entre trabalho e força de trabalho estaria presente na economia política clássica.

²⁹ Ou seja, a mais-valia em suas diferentes formas.

³⁰ Sabemos que os debates sobre o valor da força de trabalho são muito mais amplos que a definição que apresentamos aqui, a determinação do valor do trabalho é uma controvérsias entre os marxistas e possui dimensões biológicas, históricas, culturais, políticas e sociais.

Por fim, para Dobb (1978) seriam os desdobramentos éticos e políticos derivados da descoberta da mais-valia as principais contribuições de Marx para a economia política. Essa visão enfatiza os elementos de continuidade entre Marx e os clássicos e será muito criticada pelo conjunto dos marxistas, por apresentar Marx em continuidade com o pensamento clássico, em especial com Ricardo.

c) Napoleoni: Teoria do Valor e a cisão entre Marx e os clássicos

A terceira posição marxista que se referencia no conceito de valor será apresentada por Napoleoni e, diferente de Teixeira e Belluzzo, que percebem a superação dialética de Marx em relação aos clássicos, ou Dobb, que identifica os elementos de continuidade entre esses autores, Napoleoni (1978) irá apresentar o núcleo da ciência econômica dividido em três concepções de valor: clássicos, marxistas e neoclássicos. E para ele, o conceito de valor estaria vinculado à noção de transitoriedade histórica do capitalismo.

Dessa forma, os clássicos teriam o valor como categoria fundamental da economia mercantil. A economia mercantil seria o estágio mais desenvolvido da produção da riqueza e, uma vez afirmada historicamente, não estaria destinada a ser substituída por nenhuma forma ulterior, Napoleoni (1978).

Os marxistas também teriam o valor como categoria fundamental da economia mercantil. Esta, por sua vez, quando se generaliza, toma a forma de economia capitalista. A economia capitalista seria historicamente determinada e, portanto, transitória.

Por fim, os neoclássicos: o valor seria uma categoria da “atividade econômica em geral”, sempre existiu e sempre existirá e se põe para além da existência histórica do capitalismo.

Em outro texto, Napoleoni destaca o elemento da transitoriedade histórica e apresenta a ciência econômica dividida em dois campos: economia burguesa e economia marxista. Vejamos:

“A situação atual da ciência econômica apresenta, antes de

mais nada, uma características própria dessa ciência desde o surgimento do pensamento de Marx, ou seja, a divisão em dois campos: o “burguês” e o marxista. Como sabemos, a diferença essencial entre esses dois campos reside no fato de que o primeiro não problematiza – ou seja, não confere um caráter histórico – a relação capitalista, ao passo que o segundo considera essa relação como uma realidade histórica determinada.” (Napoleoni, 1978, p.11)

Essa interpretação de Napoleoni, contraditoriamente com a posição anterior, reforça os elementos de continuidade entre clássicos e marginalistas, uma vez que ambos pertenceriam à economia burguesa e naturalizariam as formas sociais capitalistas. Em sua análise, Napoleoni percebe a crise do pensamento burguês em dois níveis; primeiro, a sua incapacidade de explicar as crises, o subdesenvolvimento e a pobreza, ou seja, a capacidade limitada da economia burguesa explicar a realidade. E um segundo plano, que seria a crise teórica aberta por Sraffa ao realizar a crítica ao conceito de capital da teoria neoclássica.

Napoleoni, ao contrário de Dobb, enfatiza os elementos de ruptura entre clássicos, neoclássicos e marxistas. Interessante perceber, que Napoleoni não associa o conceito de valor às teorias do valor trabalho ou utilidade, mas sim, à transitoriedade do capitalismo³¹. De certa forma, Napoleoni tenta explorar uma breve passagem do posfácio de *O Capital*³², na qual Marx associa a economia política à visão social de mundo da burguesia e à eternização ou naturalização das formas sociais capitalistas.

d) Rosdolsky: e a (in)compreensão do conceito de Capital pelos economistas burgueses.

³¹ Para uma boa crítica da visão de Napoleoni (1978), ver Tolipan (1979).

³² “Por ser burguesa, isto é, por entender a ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente transitório do desenvolvimento, a economia política só pode continuar a ser uma ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou manifestar-se apenas isoladamente.” (Marx, 1867[2013], p. 84-85)

A última interpretação marxista para a economia política clássica será dada por Rosdolsky (1968). Rosdolsky compreende a economia política, como economia burguesa e a crítica da economia política, como uma crítica a economia burguesa. Contudo, ele diferencia no interior da economia política ou economia burguesa, a contribuição de clássicos e vulgares.

Para Rosdolsky (1968), o ponto de partida e o ponto de chegada da crítica da economia política realizada por Marx será o conceito de capital, que para Marx representa uma relação social. Rosdolsky (1968) acredita que o elemento que organiza a análise de Marx em relação à economia política seria a interpretação que a economia política faz do conceito de capital.

Nesse ponto, ficariam evidentes as diferenças para Marx entre os economistas vulgares e os economistas clássicos. Enquanto os economistas vulgares explicariam as três fontes de rendimento: salário, lucro e renda terra, como remunerações proporcionais à contribuição de cada um dos fatores de produção no processo produtivo, confundindo os elementos materiais do processo de produção com as fontes criadoras de valor. Os economistas clássicos perceberam que o produto social se repartia entre diferentes classes sociais a partir de uma determinada estrutura de propriedade. Enquanto a primeira visão Marx reduziu a pó, a segunda teria sido incorporada dialeticamente em sua análise.

Paula (1997) destaca que essa interpretação da economia política (os economistas burgueses) como sendo incapaz de compreender o conceito de capital, seria o centro da crítica construída por Marx na Teoria da Mais-Valia. Portanto, as interpretações marxistas que centram sua análise nessa forma de organizar o pensamento estão, em grande parte, referenciadas por esse texto de Marx, que representa o principal trabalho realizado por Marx no plano da história do pensamento econômico.

Paula (1997) vai além e percebe no conceito de capital, como o elemento que permitirá Marx se colocar no debate não só em relação aos clássicos, mas também em

relação ao conjunto dos complexos teóricos que se colocam em meio à crise da economia política clássica³³.

Por fim, essa visão é inconclusiva em definir a relação da crítica da economia política para além da crítica da economia burguesa e abre margem para a construção da antinomia entre crítica da economia política *versus* economia política e também para o tratamento como sinônimo de crítica da economia política como sendo economia marxista.

III.1.iv) A visão de Sraffa da Economia Política clássica

Por último, temos a posição desenvolvida por Sraffa e que, originalmente, estaria em Marx, nas *Teorias da Mais-Valia*. Para Sraffa, o conceito de economia política clássica se situa no interior da abordagem clássica que se organiza em torno do conceito de excedente. Nessa abordagem, as quantidades produzidas e os preços seriam definidos em momentos distintos. Por outro lado, define-se a abordagem marginalista que se organizariam em torno dos conceitos de utilidade e produtividade marginal e definiriam quantidades produzidas e preços simultaneamente.

A análise sraffiana organiza o pensamento econômico e define a abordagem clássica a partir de um objeto concreto sobre o qual o pensamento se debruça, no caso, o excedente econômico. Para Malta (2005), esse método em parte já estaria presente nas *Teorias da Mais-Valia*. Marx teria organizado o conjunto da economia política a partir das diferentes interpretações que os economistas realizaram para aquilo que ele chamou de mais-valia.

Essa abordagem, do ponto de vista do método, busca um elemento concreto (excedente ou mais-valia) para organizar os diferentes autores, entende o pensamento de forma materialista, ou seja, se pensa sobre o concreto e, por isso, só é possível se organizar

³³ “É, então, usando o conceito de capital como parâmetro, que Marx enfrenta o conjunto dos diálogos cruzados travados por ele com os socialistas ricardianos, com os epígonos ricardianos, com os liquidacionistas da tradição ricardiana. É também a partir da aferição das diferenças com relação ao seu conceito de capital que Marx critica Senior, Malthus, John Stuart Mill. Nesse sentido, é possível dizer que, rigorosamente, Marx tem incidência crítica no fundamental das grandes tradições contemporâneas em teoria econômica.” (Paula, 1997, p. 42)

os autores por um elemento que é externo ao seu pensamento, mas sobre o qual o pensamento se apropria.

Por essa interpretação, Ricardo e Marx pertenceriam a mesma tradição, ambos seriam economistas da abordagem do excedente. Embora, para a interpretação sraffiana identifique as diferenças presentes entre Marx e Ricardo, definindo os economistas clássicos até Ricardo quando esta tradição entra em crise e dá origem às interpretações vulgares. Essa análise será alvo de inúmeras críticas por autores marxistas, destacaremos duas que julgamos mais relevantes. A primeira será feita por Belluzzo (1987) que destaca a incompatibilidade entre os conceitos de excedente “ricardiano” e mais-valia “marxista” sendo impossível esses autores pertencerem a mesma tradição³⁴. A segunda destaca a impossibilidade de Marx e Ricardo pertencerem a mesma tradição sem que isso represente um esvaziamento na compreensão da crítica de Marx à economia política clássica.

III.1.i) O contexto da crise da Economia Política Clássica: uma base para a controvérsia entre marxista e sraffianos.

Para compreendermos melhor a linha que separa algumas visões marxistas da visão de Sraffa, vale recuperar o contexto da crise da economia política clássica. Isso porque, marxistas e sraffianos iram convergir e divergir justamente na interpretação dada ao caráter de continuidade de sua produção teórica em relação aos economistas clássicos.

Após a publicação de *A Riqueza das Nações* no século XVIII, a economia política clássica irá assistir a um enorme desenvolvimento ao longo das décadas seguintes até meados do século XIX. Como salienta Teixeira (2000), será esse o período responsável por difundir o próprio termo *Economia Política*, com a publicação das obras: *Traité d'Économie Politique* (1803) de Jean Baptiste de Say, *Principles of Political Economy and Taxation* (1817) de David Ricardo, *Principles of Political Economy* (1820) de Thomas

³⁴ “considerar que o esquema de reprodução de Sraffa é conversível ao de Marx, uma vez que, dados os salários, o excedente ricardiano em tempo de trabalho se converte na mais-valia marxista, é desprezar a crítica fundamental de Marx a Ricardo e aceitar a qualificação do senhor Samuelson de que Marx é um ricardiano menor.” (Belluzzo, 1987, p. 110)

Robert Malthus e *Principles of Political Economy* (1848) de John Stuart Mill³⁵. Contudo, também será na primeira metade do século XIX que irá se processar a própria crise da *economia política clássica*.

Entretanto, se foi possível identificar na contribuição de Smith ou na contribuição de Petty, os elementos teóricos que constituem a economia política clássica, existe um debate sobre o ponto em que se dá a sua crise, (Schumpeter, 1926). Enquanto Marx (1859) delimita o fim da economia política clássica nas contribuições de Ricardo e Sismondi, elemento também encontrado em Sraffa, Schumpeter (1926[1968]) delimita o fim da economia política clássica na contribuição de Mill. De toda forma, embora não haja um final bem definido para a economia política clássica, a ampla maioria dos historiadores do pensamento econômico identificam a crise da economia política clássica a partir da revisão e ou repúdio às contribuições de Ricardo, Meek (1971), Dobb (1973), Paula (1997) e Garagne e Petri (1989)

Dobb (1971), ao tratar do “*declínio da escola ricardiana*”, afirma que o conjunto de críticas dirigidas a Ricardo se concentravam nos elementos constitutivos de sua teoria da distribuição:

“O avolumar de críticas a Ricardo, nos anos que se seguiram à sua morte, foi motivado principalmente pelas suas teorias do valor e do lucro; em segundo lugar, pela sua teoria da renda, pelo menos tanto quanto esta era apresentada de modo a considerar o interesse dos proprietários de terra opostos ao interesse social.” (Dobb, 1973, p.128)

David Ricardo representou o ápice do desenvolvimento da teoria do valor e da distribuição da economia política clássica. Em Ricardo, o estudo do funcionamento da economia capitalista aparece nas contradições entre produção e distribuição, refletida na

³⁵ As obras enumeradas não necessariamente pertencem todas à Economia Política clássica. Como veremos mais à frente, isto dependerá da forma como os historiadores do pensamento irão organizar as diferentes escolas. Por exemplo, para Schumpeter (1968) os *Principles* de J. S. Mill pertencem a Economia Política clássica. Entretanto, para Marx (1859), a Economia Política clássica iria somente até Ricardo, e o trabalho de J. S. Mill já se inscreve em um processo de vulgarização da tradição ricardiana.

dinâmica da apropriação do produto social pelas diferentes classes sociais. Segundo Napoleoni (1978, p.85): “Ricardo define a Economia Política como sendo a ciência que se ocupa da distribuição do produto social entre as classes sociais nas quais se acha dividida a sociedade.”.

Para além das críticas que se dirigiam à teoria da distribuição de Ricardo, por apresentar como conflitantes os interesses entre as classes sociais - trazendo para o domínio da economia política, as disputas entre capitalista e trabalhadores e entre capitalista e proprietário de terra - temos as críticas dirigidas para a sua teoria do valor.

Ricardo, ao desenvolver a teoria do valor trabalho, arma a crítica do proletariado contra a burguesia. As consequências políticas, derivadas da compreensão do valor como produto do trabalho, recolocam o debate de qual classe social é responsável pela criação da riqueza, reabrindo a discussão em relação a de que forma o produto social se reparte e como deveria ser repartido.

O desenvolvimento da economia política clássica levará a uma compreensão superior do funcionamento da sociedade burguesa e, conseqüentemente, irão se evidenciar as contradições dessa sociedade. A repartição do produto social entre as classes sociais a contradição entre os produtores da riqueza e aqueles que se apropriam dela, irão agudizar o debate político na primeira metade do século XIX. Como nos diz Meek (1971):

“É também evidente que a maioria dos economistas percebiam claramente o uso perigoso que escritores radicais davam a alguns conceitos ricardianos. Na medida em que os argumentos radicais eram aproveitados pelo movimento trabalhista, a reivindicação a todo o produto do trabalho – ou mesmo a maior parte dele – parecia um monstruoso ataque aos próprios alicerces da sociedade civilizada”
(Meek, 1971, p. 95)

Meek (1971) acredita que existam duas posições polares no interior da história do pensamento econômico para explicar a crise pela qual a economia política clássica atravessa: uma apresentada por Schumpeter (1926) e outra apresentada por Marx (1867).

A explicação dada por Schumpeter compreende o problema exclusivamente no plano teórico. Ele percebe o processo de “vulgarização” pelo qual a economia política

passou no início do século XIX, associando isso ao processo de difusão da economia política. Schumpeter acredita que a escola ricardiana perde sua força e vitalidade, porque não teria sido capaz de avançar no desenvolvimento dos instrumentos de análise da economia. Ele acredita que essa limitação derivaria da adoção da teoria do valor trabalho. Consequentemente, ele acredita que primeiro com os autores marginalistas e depois com a escola histórica alemã, será desenvolvida a teoria do valor utilidade, o que teria devolvido o dinamismo da teoria econômica.

A segunda explicação nos é oferecida por Marx. Ele identifica o fim da economia política clássica em Ricardo e Sismondi. Ele acredita que a produção teórica posterior a esses autores já se caracterizaria pela vulgarização e a perda de seu caráter científico, Garagne e Petri (1989) corroboram essa visão.

Marx (1867) percebe o processo de difusão da economia política que ocorreu na primeira metade do século XIX como simultâneo ao processo de “vulgarização” da economia política. Contudo, diferente de Schumpeter, ele não correlaciona um processo ao outro. Marx divide a economia política em clássicos e vulgares. Ambas seriam expressões do pensamento burguês e, conseqüentemente, naturalizariam as relações sociais e apresentariam o capitalismo como a forma última da produção social. Os economistas vulgares explicariam as três formas de rendimento: salário, lucro e renda terra, como remunerações proporcionais à contribuição de cada um dos fatores de produção no processo produtivo, atribuindo aos elementos materiais do processo de produção o caráter de fontes criadoras de valor. Os economistas clássicos perceberam que o produto social se repartia entre diferentes classes sociais a partir de uma determinada estrutura de propriedade. Para Marx (1867), a “vulgarização” seria explicada pela mudança de postura da burguesia na arena política, migrando de uma posição revolucionária para uma posição conservadora. No posfácio, a segunda edição de *O capital* Marx apresenta a sua posição em relação ao tema:

“Tomemos o caso da Inglaterra. Sua economia política clássica coincide com o período em que a luta de classes ainda não estava desenvolvida. Seu último grande representante, Ricardo, converte afinal, conscientemente, a antítese entre interesses de classe, entre salário e o lucro, entre o lucro e a renda da terra em ponto de partida de suas investigações, concebendo essa antítese, ingenuamente, como

uma lei natural da sociedade. Com isso, porém, a ciência burguesa da economia chegou a seus limites intransponíveis” (Marx, 1867[2013], p. 85)³⁶

A primeira metade do século XIX é caracterizada pelo acirramento da luta de classes na Europa, começa com o “ludismo” na Inglaterra e termina com as Revoluções de 1830 e 1848 por toda a Europa. Nesse período, iremos assistir a profundas mudanças no pensamento burguês que irão se refletir na economia política. Netto e Reis (2006) afirmam que a crise da economia política clássica, em meados do século XIX, em especial pós-1848, está ligada à virada do papel da burguesia na luta de classes, passando de uma posição de classe revolucionária para classe conservadora.

“Na medida em que expressa os ideias da burguesia revolucionária, a Economia Política clássica torna-se incompatível com os interesses da burguesia conservadora. Não é casual, portanto, que o pensamento burguês pós-1848 abandone as conquistas teóricas da Economia Política clássica” (Netto e Reis, 2006, p.21)

Nesse ponto, as contradições que o pensamento atinge não podem ser explicadas pelas suas limitações teóricas ou pelas debilidades da lógica interna de seu próprio

³⁶ “Enquanto podiam praticar a economia política de modo imparcial, faltavam à realidade alemã as relações econômicas modernas. Assim que essas relações surgiram, isso se deu sob circunstâncias que já não permitiam seu estudo imparcial dentro do horizonte burguês. Por ser burguesa, isto é, por entender a ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente transitório do desenvolvimento, a economia política só pode continuar a ser uma ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou manifestar-se apenas isoladamente.” (Marx, 1867[2013], p. 84-85); “A época seguinte, de 1820 a 1830, destaca-se na Inglaterra pela vitalidade científica no domínio da economia política. Foi o período tanto da vulgarização e difusão da teoria ricardiana, quanto de sua luta contra a velha escola. Celebram-se magníficos torneios. O que então foi realizado é pouco conhecido no continente europeu, pois a polêmica está dispersa, em grande parte, em artigos de revistas, escritos ocasionais e panfletos. O caráter imparcial dessa polêmica - ainda que a teoria de Ricardo também sirva, excepcionalmente, como arma de ataque contra a economia burguesa - explica-se pelas circunstâncias da época.” (Marx, 1867[2013], p. 85-86); “Na França e na Inglaterra, a burguesia conquista o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Ele fez soar o dobre fúnebre pela economia ciência burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupada pelos espadachins a soldo, e má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial” (Marx, 1867[2013], p. 86)

pensamento. A crise da economia política clássica só pode ser explicada através dos desdobramentos políticos que se deram a partir do trabalho de Ricardo.

Por isso, a Economia Política clássica como expressão do pensamento de uma determinada classe social, a burguesia, precisa abandonar a teoria do valor fundada no trabalho e se vê condicionada a recuar para uma teoria do valor fundada no conceito de utilidade. É preciso abrir mão do enorme acúmulo teórico-científico construído por Ricardo e, assim como diz Dobb (1973), será preciso “*depurar da teoria econômica qualquer elemento de perigo que estimule a guerra entre classes sociais*”.

Por fim, para além das diferentes interpretações dadas por Marx e Schumpeter para a crise da economia política clássica e que é reflexo, como veremos mais à frente, das diferentes formas de se produzir HPE Temos ainda, dentro do marxismo, diferentes categorizações para tentar apresentar o quadro de fragmentação que se põe após Ricardo.

Teixeira (1990) vê três grandes correntes que se distanciam de Ricardo: i) o revisionismo de Mill; ii) uma ruptura radical do objeto e do método nos pioneiros do marginalismo (Walras, Menger e Jevrons); iii) e a crítica da economia política, que teria redefinido o método e o objeto dessa ciência.

Paula (1997) apresenta uma visão mais completa desse mesmo quadro de fragmentação teórica. Ele identifica pelo menos cinco grandes complexos teóricos presentes no momento de crise do pensamento ricardiano: i) o repúdio à tradição ricardiana que irá constituir a tradição do *equilíbrio geral*; ii) a rejeição a Ricardo e as noções de regularidade econômica que irão constituir a *escola austríaca*; iii) os discípulos de esquerda de Ricardo: Thompson e Hodgskin; iv) a tentativa de ampliação e reformulação de Ricardo, incorporando novas perspectivas teóricas que estaria em Mill; e a v) a crítica da economia política de Marx. Paula (1997) chama a atenção para o fato de que a crítica da economia realizada por Marx, já se processa nesse quadro de fragmentação do pensamento burguês. E, portanto, já haveria em Marx os elementos para a crítica dos autores neoclássicos e marginalistas.

Tanto Teixeira (1990) quanto Paula (1997) apresentam a fragmentação da economia política a partir dos complexos teóricos que se colocaram. E que devem ser interpretados a partir dos diferentes caminhos desenvolvidos pela teoria econômica.

Rubin (1929 [2014]) apresenta o problema de forma distinta. Ele interpreta a fragmentação da economia política clássica a partir da postura assumida pelas diferentes classes sociais e seus interlocutores no debate político. Assim, Rubin (1929 [2014]) vê primeiro a “vulgarização” nos autores burgueses, como Say e Senior, e a reação a essas visões, em Malthus – representante da aristocracia rural, Sismondi – representando os interesses da pequena burguesia, do campesinato e dos artesões e nos socialistas utópicos, representando os interesses do proletariado.

III.1.ii) Conclusão

Chegamos ao final do capítulo e acreditamos que tenha ficado claro o quão controverso é o conceito de economia política clássica. Nesse debate, destaca-se a tentativa, por parte dos diferentes historiadores do pensamento, de afirmar continuidades e descontinuidades entre autores e correntes de pensamento. Entre as continuidades e descontinuidades apresentadas aqui, destacam-se as relação entre clássicos e marginalistas ou neoclássicos e entre os clássicos e Marx.

Começamos esse trabalho apresentando as diferentes conceituações para economia política e, por isso, sentimos a necessidade de pesquisar as diferentes interpretações para a economia política clássica. Completada essa etapa, é preciso realizar o caminho inverso e tentar compreender as diferentes visões de como se faz a história do pensamento econômico, a partir das diferentes interpretações que existem para o conceito de economia política clássica e sua conexão com o conceito de economia política.

IV. Conclusão: A História do Pensamento Econômico é a história da Economia Política?

“Qualquer esforço reconstituir a história das ideias econômicas, para não ser um caleidoscópio de autores e títulos, enfileirados em ordem cronológica, deve buscar um eixo organizador. Só assim, aliás, integra-se a história à teoria e passa-se do campo da HPE para o da economia política. Foi isso que Marx fez, em sua Teorias da mais-valia. Tinha ele plena consciência de que a descoberta desse conceito era a mais importante realização no campo da economia política; escrever uma história do pensamento econômico, portanto, implicava em recuperar os esforços, muitas vezes desconhecidos, para encontrá-lo.” (Teixeira, 2011, p. 335)

Responder a pergunta se é a história do pensamento econômico uma história da economia política e, assim compreender a centralidade da história do pensamento econômico para compreendermos os limites, ou melhor, as fronteiras do pensamento econômico é tarefa que se abre após este estudo. É também uma questão chave do pensamento de Aloisio Teixeira. Assim como as fronteiras das diferentes nações se alteraram ao longo da história, reflexo de guerras e batalhas, de acordos e hegemonias, assim foi com a nossa ciência. O estabelecimento de seu escopo é o resultado das disputas de diferentes posições no interior da história do pensamento econômico.

Aloisio Teixeira nos deixou uma ampla agenda de pesquisa no campo da economia política e da história do pensamento econômico. Embora tenha dito, em um de seus últimos textos, que não se considerava um especialista em HPE ou economia política³⁷, seus textos levantaram inúmeras questões sobre o tema e revelam enorme conhecimento sobre os caminhos e descaminhos tomados pela ciência econômica ao longo dos séculos.

Como já dissemos, entender quais foram os caminhos trilhados pelo pensamento econômico foi, sem dúvida, uma das suas contribuições para essa disciplina. E sua

³⁷ “Não sou um especialista em história do pensamento econômico, embora alguma vez, em minha carreira docente que já se faz longa, tenha oferecido essa disciplina para cursos de graduação.” (Teixeira, 2011, p.239)

qualidade esteve em conseguir historiografar, mapear, sistematizar ou organizar o pensamento econômico, delimitando trajetórias e colocando questões, do que encaixotar os autores e construir taxionomias elegantes que, muitas vezes, acalmam os espíritos mais aristotélicos ou cartesianos, mas que, sem dúvida, acabam por se perder a enorme riqueza dos processos.

Dessa forma, partindo das pistas deixadas por Aloisio Teixeira, colocamo-nos a refletir sobre os desvios tomados pelo pensamento econômico. Um breve prelúdio sobre os textos de Teixeira: ao lê-los, a impressão que se tem é que enquanto, muitos tentam compreender a história do pensamento econômico em “retas”, em continuidades, Teixeira tentou compreender esse objeto em “curvas”, em seus desvios.

Assim, Teixeira primeiro tenta compreender o processo que leva a economia política a se constituir enquanto ciência e, em seguida, a compreender por que a sua crise se reflete em dois caminhos distintos. Um irá romper radicalmente com o método e o objeto da economia política e irá fundar a moderna ciência econômica – esse será o sentido da *démarche marshaliana*. E outro caminho irá partir de um novo método para tratar dos problemas deixados pela economia política clássica e assim irá redefinir o método e objeto da economia política; esse será o caminho da crítica da economia política de Marx ou a *démarche marxiana*.

Dessa forma, poderíamos pensar que Marshall representa um caminho de ruptura em relação à economia política. E não estaríamos errados em interpretar dessa forma. Contudo, Teixeira (1990) também nos mostra o contrário. Se pensarmos a economia política clássica como expressão intelectual da burguesia e uma etapa do desenvolvimento do pensamento liberal³⁸, Marshall será capaz de refundar a unidade dentro do pensamento liberal, repactuando a tradição ricardiana com os pioneiros do marginalismo. Assim, Marshall precisa mudar os caminhos do pensamento econômico para reconstituir a sua unidade, por essa perspectiva podemos interpretar Marshall em continuidade e ruptura.

³⁸ Inclusive, por essa abordagem, podemos interpretar a contribuição de Smith como ruptura e continuidade em relação ao pensamento liberal; é ruptura ao ser capaz de estabelecer a ordem social do Mercado em relação a seus antecessores, contudo representa a continuidade do pensamento liberal e a visão social de mundo burguesa.

Essas inúmeras questões levantadas nos obriga a pensar qual é o marco para a história do pensamento em que a economia política se põe enquanto ciência. Encontramos, por hora, três posições. A primeira, a de Marx e que foi sustentada por Rubin, que vê na contribuição de Petty, o momento em que a economia política se destaca como ciência. Para Marx, será a formulação da problemática do valor que permite à economia política se destacar. E é também em Petty que Marx vai identificar o início da economia política clássica na Inglaterra, Marx (1859).

A segunda posição vê, na contribuição de Smith, o momento em que a economia política se funda como ciência. Para esses autores, Smith, ao romper com a filosofia política ou filosofia moral inglesa e ser capaz de explicar o fundamento da vida social, exclusivamente a partir da esfera econômica, estabelecendo a ordem social do mercado, separa a política da economia e constrói o objeto econômico, que passa a ser explicado a partir de suas próprias determinações. Identificamos essa visão como sendo hegemônica, não só porque reflete a posição de inúmeros historiadores da história do pensamento econômico, mas porque autores que consubstanciaram outras visões também dialogaram com essa posição, é o caso de Rubin (1929[2014]) e Schumpeter (1954).

Por fim, temos uma terceira posição sustentada por Schumpeter que vê em Marshall o nascimento da economia como ciência. Para Schumpeter, é a especialização, junto com a síntese de várias ferramentas: história, teoria, estatística e sociologia econômica, que serão capazes de fundar um instrumento de análise que permitirá a economia ascender ao seu *status* científico. Essa visão apresenta a economia política, inclusive os clássicos, como uma etapa primitiva do pensamento econômico. Dessa forma, reduz os clássicos à pré-história da Economia. Schumpeter realiza um esforço hercúleo, para mostrar que nada pode ter de novo nos economistas do passado.

É interessante notar que para a primeira e para a segunda visão, apresentadas anteriormente, o ponto em que a economia política se estabelece como ramo autônomo do conhecimento é o mesmo ponto em que se constitui a economia política clássica. Assim, campo do conhecimento e corrente do pensamento se confundem no processo de análise.

Por isso, a tentativa de se compreender a economia política nos levou a tentar compreender a economia política clássica, seu momento de constituições e o contexto em

que se processou a sua crise. E isso já nos colocava uma segunda questão: será a crise da economia política clássica a crise da economia política?

Consequentemente, no segundo capítulo, reconstruímos a economia política clássica como objeto particular da história do pensamento econômico. Tentamos definí-las pelas suas fronteiras, porque dentro do escopo desse trabalho, mais importante do que apresentar o conjunto de teorias que constituíram essa corrente do pensamento, era importante apresentar as encruzilhadas pelas quais ela passou. E assim, como diria Schumpeter, se foi claro identificar um começo em Adam Smith ou para Marx em William Petty, seja pelo tratamento que deu à teoria do valor ou pela formulação da ordem social do mercado, não foi tão simples mapear o contexto de sua crise.

Nesse ponto, referenciamos todos a Ricardo. E, assim, entendemos a crise da economia política clássica a partir do distanciamento que os economistas do século XIX realizaram em relação a Ricardo.

Schumpeter vê na crise da economia política clássica o esvaziamento teórico da economia política, assim interpreta a crise da economia política clássica como sendo uma crise da economia política que só será solucionada com a contribuição de Marshall. Marx vê a crise da economia política clássica como reflexo da virada política que a burguesia empreende ao longo do século XIX, saindo de uma posição de classe revolucionária que impulsionará as Revoluções Burguesas, para a classe conservadora pronta para reprimir o movimento operário. Contudo, para Marx a crise da economia política clássica será, antes de tudo, uma crise da economia burguesa enquanto ciência e não da economia política.

Na fragmentação pela rejeição de Ricardo: Paula (1997) identificou cinco grandes complexos teóricos: i) o repúdio à tradição ricardiana que se desdobra na tradição do equilíbrio geral; ii) a rejeição a Ricardo e a suposta existência da regularidades em economia que se desdobra na corrente historicista em economia; iii) os discípulos de esquerda de Ricardo (Thompson e Hodgskin); iv) a revisão e ampliação dos conceitos desenvolvidos por Ricardo que se desenvolve a partir de Malthus e que irá continuar em Mill, Marshall e Keynes; e por último v) Marx, que não só irá criticar Smith e Ricardo, como também irá estabelecer o diálogo com as demais tradições. Mas essa não é única taxionomia possível; Rubin (1929[2014]) nos propõe outra e identifica quatro campos teóricos: i) os defensores da burguesia, que irão justificar o lucro, primeiro em Say, depois

em Senior ii) Malthus, que representaria os interesses da aristocracia agrária; iii) Sismondi, que representaria os interesses da pequena burguesia; iv) socialistas utópicos. O processo de fragmentação e recomposição do pensamento econômico ao longo do século XIX é um ponto a ser mais estudado. Entender como tantas visões chegam ao século XX, talvez nos ajude a reinterpretar o próprio pensamento econômico do século XX.

Precisávamos, dessa forma, sistematizar as visões de economia política clássica existentes. Malta (2005), nos deixou boas pistas. Destacamos quatro visões: Marshall/Veblen, Schumpeter, marxistas e sraffiana.

Marshall e Veblen argumentam pela continuidade entre clássicos e marginalistas; é a construção de HPE que justifica o prefixo de “neo” dos neoclássicos. Marshall irá empreender uma importante interpretação da tradição ricardiana e dos pioneiros do marginalismo e, assim, poderá recuperar a unidade perdida dentro do pensamento liberal, reunindo a legitimidade necessária para fundar uma nova ciência. Veblen reveste essa construção de fundamento filosófico, atribuindo a clássicos e neoclássicos uma hipótese utilitarista e hedonista em relação ao ser humano.

Schumpeter, na sua permanente cruzada contra os clássicos, que embora até reconheça a economia política como ciência em Schumpeter (1924) e em Schumpeter (1954), rebaixa a economia política ao status de pré-científico. Irá criticar a postura de Marshall de se colocar em linha de continuidade a Ricardo. Schumpeter utiliza como critério para classificar clássicos e neoclássicos a teoria do valor. Ele acredita que os clássicos estariam vinculados à teoria do valor trabalho; esta, por sua vez, teria se revelado infrutífera e incapaz de apresentar dinamismo à ciência econômica, por isso, deveria ser substituída pela teoria do valor utilidade e pela análise da escola histórica alemã.

A visão marxista. É nesse ponto acreditamos que apresentamos uma pequena contribuição em relação ao trabalho de Malta (2005). Organizamos esses autores em quatro grupos. O primeiro – no qual situamos Aloisio Teixeira – compreende a economia política clássica a partir da problemática do valor, mais preocupada em entender o desenvolvimento contraditório do conceito, do que organizar os diferentes autores em visões polares: teoria do valor trabalho *versus* teoria do valor utilidade; eles acreditam que esse foi o ponto de partida para Marx realizar a sua crítica da economia política. Assim, Marx ao aplicar o materialismo dialético à problemática do valor, pode reconstituir as categorias do trabalho e

do dinheiro e, assim, superar a problemática do valor existente nos clássicos e reconstruir o objeto da economia política que, agora, passaria a ser as leis de movimento da dinâmica capitalista que se passaria pela compreensão do conceito de capital.

A segunda posição representada por Dobb (1973 e 1978) também utiliza a categoria do valor para organizar as escolas de pensamento. Para ele, a escola clássica corresponderia à teoria do valor trabalho e os marginalistas corresponderiam à teoria do valor utilidade. Desse ponto de vista, Marx representaria um aperfeiçoamento da teoria do valor dos clássicos, em especial, pela explicação que apresenta para o lucro, juro e renda da terra, através do desenvolvimento do conceito de mais-valia. Por essa perspectiva, Marx não representaria uma ruptura em relação a Ricardo, podendo ser interpretado como um autor ricardiano.

A terceira posição também utiliza o conceito de valor, para organizar as diferentes escolas. Contudo, ao invés de termos dois conceitos polares – trabalho e utilidade – passaríamos a ter três conceitos de valor, que estariam presentes no pensamento econômico e que estariam associados à compreensão da transitoriedade histórica do capitalismo. Assim, Napoleoni, identifica três conceitos de valor: clássicos – que vê no capitalismo a forma social mais evoluída – o marxista – que vê o capitalismo como transitório e o neoclássico – que vê o capitalismo como uma forma natural. Em seguida, organiza o pensamento em duas polaridades : o pensamento burguês (cindido internamente – pela crítica de Sraffa) e o pensamento marxista.

Por fim, a quarta e última interpretação. Entende a economia política clássica, no interior do contexto teórico da economia burguesa e, dessa forma, interpreta a economia política clássica a partir da incompreensão do conceito de capital ou da mais-valia. Assim, a economia burguesa, estaria preocupada em apresentar explicações que justificassem a distribuição (desigual) do produto social, que se processa no capitalismo.

As diferentes formas dos marxistas interpretarem a economia política clássica decorre da controversa relação entre Marx e os clássicos, percebida para os historiadores do pensamento econômico. E, também, pelo fato de Marx ter apresentado diferentes tentativas de sistematizar o pensamento econômico, com destaque para a *Contribuição para a Crítica da Economia Política* e as *Teorias da Mais-Valia*.

Por fim, temos a interpretação sraffiana sobre a economia política clássica. Garegani e Petri (1989) organiza a sua análise a partir de dois conceitos distintos : o conceito de excedente econômico, que organizaria o pensamento clássico e de Marx, e os conceitos gêmeos de produtividade e utilidade marginais, que organizaria o pensamento marginalista.

Assim, acreditamos ter apresentado as diferentes visões sobre o ponto em que a economia se torna ciência e daí, como se refletem na compreensão do significado da economia política clássica, ou seja, de seu nascimento. Se começamos pela HPE para compreender a economia política clássica, agora será preciso fazer o caminho inverso e compreender a HPE a partir do que aprendemos sobre as diferentes interpretações sobre economia política.

Chega-se ao fim dessa dissertação e tenta-se responder a pergunta colocada no enunciado dessa conclusão. Acreditamos que o que apresentamos acima se consubstancia em três visões de HPE. E aqui explicitamos algo que já estava contido no trabalho de Malta (2005), que as diferentes explicações para a economia política clássica refletem diferentes formas de se fazer HPE. E há três formas de se fazer HPE: uma proposta por Marx, outra por Schumpeter e uma terceira por Sraffa.

A HPE de Marx, já aparece na forma como define o conceito de economia política que apresentamos no capítulo 1, as diferentes visões marxista sobre a economia política clássica não superam o método apresentado por Marx, que trabalha o desenvolvimento da história e do conceito. A HPE desenvolvida por Schumpeter também já aparece na interpretação que faz da economia política e da constituição da economia enquanto ciência que apresentamos no capítulo 1 – é a forma madura de seu pensamento na qual a economia aparece como a ciência da análise, e é reforçada no capítulo 2, pela sua interpretação sobre a economia política clássica que reforça a sua perspectiva evolutiva do desenvolvimento da ciência econômica. E a posição apresentado no final do capítulo 2, a visão de Sraffa sobre a economia política clássica, reflete em si um método próprio de fazer HPE.

A HPE de Marx, que foi brilhantemente desenvolvida por Rubin, é a HPE da história e do conceito, entende o desenvolvimento do conceito junto com a visão social de mundo (ideologia) que os pensadores assumem. Nas palavras de Rubin (1929[2014]):

*“De um ponto de vista histórico, as doutrinas e ideias econômicas podem ser incluídas entre as mais importantes e influentes formas de ideologia. **Como em outras formas de ideologia, a evolução das ideias econômicas depende diretamente da evolução das formas econômicas e da luta de classes.** As ideias econômicas não nascem no vácuo. Frequentemente, surgem diretamente da agitação e dos conflitos sociais, do campo de batalha entre diferentes classes sociais. Nessas circunstâncias, os economistas agiram como escudeiros dessas classes sociais, fornecendo-lhes as armas ideológicas necessárias para a defesa dos interesses de grupos sociais particulares – muitas vezes deixando de se preocupar com o desenvolvimento de sua própria obra e de dar a ela uma fundamentação teórica mais aprofundada.”*
(Rubin, 1929[2014], p. 29) – grifos meu.

Para Marx, uma determinada realidade histórica constrói a sua representação “espiritual”. Por essa abordagem, as ideias são o produto de determinadas circunstâncias históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais e, também, reflexo das expectativas, dos sonhos, das apostas que os homens fazem em relação ao seu futuro e as tarefas que isso impõe ao pensamento.

Isso se converte em realidade “espiritual” no plano do pensamento e se cristaliza em conceitos e ideias. E assim, podem as ideias ganhar força e autonomia e, assim, passa a existir uma história própria do pensamento que não é reflexo imediato da história – o pensamento pode existir em si como objeto de estudo e, conseqüentemente, interpretado a partir de suas estruturas internas e de sua própria coerência.

Isso pode ser no capitalismo, a HPE do valor, da mais-valia ou do capital, desde que essas categorias representem formas sociais próprias do capitalismo, poderá se interpretar o pensamento a partir do desenvolvimento dessas formas sociais e da postura que os diferentes pensadores se põem no mundo. Se o conceito em questão é o valor, a mais-valia ou o capital, se a obra de referencia é *Para a Contribuição a Crítica da Economia Política* ou a *Teoria da Mais-Valia*, pouco importa. Nas diferentes HPEs de Marx, existe um único método, o de entender o pensamento a partir da história e do conceito – método que Rubin desenvolveu tão bem em sua *História do Pensamento Econômico*. E mais, o que Teixeira percebe é que essas diferentes HPEs de Marx são o reflexo do seu próprio percurso teórico – assim se o ponto de partida são os problemas não resolvidos da teoria do valor e o ponto

de chegada é a construção do conceito de capital, para interpretar o funcionamento da economia capitalista – muito coerente Marx ter produzido duas sistematizações com objetos distintos, porque o objeto de estudo já não era mais o mesmo, já havia se transformado.

A segunda HPE é a de Schumpeter. Ele critica o método que chamou pejorativamente de ideológico de Marx, que limitaria a compreensão do pensamento, a conduta das classes sociais, vai além e faz questão de interpretar o pensamento desconectado dos interesses de classe. Schumpeter realiza um esforço hercúleo para reconstruir a HPE, no final de sua cruzada, reconstrói o próprio conceito de HPE, apresentando sua *História da Análise Econômica*.

Schumpeter interpreta o pensamento econômico a partir do conceito de “evolução”; dessa forma, o atual estado da ciência econômica representa o seu estado mais avançado. Em suas palavras:

“O trabalho da geração presente, pelo que penso, preserva do que foi executado pela geração precedente tudo quanto é ainda suscetível de uso. Conceito, métodos e resultados que não permanecerem por este modo, presumivelmente não terão grande interesse.” (Schumpeter, 1954[1968], p.24)

Isso não significa que Schumpeter não percebe rupturas, descontinuidades ou descaminhos, contudo, a atual teoria econômica já teria incorporado todos esses desvios – talvez só nesse ponto Schumpeter divirja um pouco de Marshall. Isto porque a visão de Schumpeter é a visão de Marshall, que traça uma única linha de continuidade na HPE que, como mostramos, é antes de tudo, a continuidade da hegemonia burguesa no interior do pensamento econômico. E é, também, a visão de HPE que está presente em Keynes, que estica a tradição “ricardiana” até Pigou.

Por fim, temos a HPE de Sraffa. Sraffa recoloca o problema da crise da economia política clássica, em perspectiva inteiramente diversa. Sraffa realiza várias inversões dos problemas colocados no interior da HPE. Ele, primeiro, realiza a crítica interna à teoria marginalista e, em seguida, reabilita a teoria clássica, dando uma nova solução ao problema da transformação dos valores em preço. Ao finalizar essa trajetória, transfere a crise de lugar, dos clássicos para os neoclássicos.

Sua HPE se caracteriza por ser uma HPE do desenvolvimento de dois conceitos: excedente e produtividade-utilidade marginal. O conceito de excedente seria aquele sobre o qual se organizaria a abordagem do excedente e os conceitos gêmeos – utilidade-produtividade marginal – organizariam a escola marginalista. Ao construir essa taxionomia, ele realiza uma importante inversão na forma de interpretar o pensamento econômico: Marx, que criticou Ricardo, pertenceria à abordagem do excedente e Keynes, que criticou Marshall em suas notas de rodapé e prefácios, pertenceria à tradição marshaliana. Além disso, Marshall, que se aludia como continuidade a Ricardo, passaria a estar em lado diametralmente oposto.

Embora falte a dimensão histórica na interpretação sraffiana, não podemos deixar de reconhecer que é uma HPE da contradição dentro de uma teoria econômica cindida. Rompe a linha de continuidade entre Ricardo e Marshall. E embora seja uma HPE sem história, podemos nos questionar se esses dois conceitos não refletiriam duas visões sociais de mundo distintas e opostas, uma vez que, historicamente, a utilidade e a produtividade marginal estão associadas a uma interpretação harmônica do sistema econômico, enquanto a interpretação que se organiza em torno do conceito de excedente revela a disputa entre as classes sociais pelo excedente econômico.

Como nos lembra Tolipan (1990), a história do pensamento econômico nos diz muito mais sobre o futuro e o sentido do desenvolvimento da teoria econômica do que sobre as teorias passadas. As três visões de HPE, refletem três movimentos de continuidade/descontinuidade diferentes no interior da teoria econômica e o interessante é que todas essas visões precisam retornar à economia política, redefinir o conceito do que é clássico, para poder seguir em frente dentro dos seus projetos teóricos. Assim, a HPE é, em grande parte, a “*história da economia política*”, porque esse é sempre o ponto de partida. Se o desenvolvimento da teoria econômica se dá através de controvérsias, ou seja, é o resultado do diálogo e de não-diálogos entre os autores e de continuidade e descontinuidades entre as teorias, o nó ao qual todos precisam retornar para poder decidir que caminho seguir, são os clássicos. Nesse sentido, a HPE é mais do que uma atividade complementar à ciência econômica, ela é parte constitutiva do próprio saber econômico e de seu desenvolvimento. Teixeira sabia disso e, por isso, via na HPE e no conceito de

Economia Política, o ponto de partida para poder repensar a teoria econômica e compreender o Brasil.

V. Bibliografia

ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne e ESTABLET, Roger. *Ler o capital*, v.2. Rio de Janeiro: Zahar, 1980

ALTHUSSER, Louis; RANCIÈRE, Jacques e MACHEREY, Pierre. *Ler o capital*, v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

BARBOSA, Leticia. *O projeto de ciência moderna e os caminhos epistemológicos da economia: marginalismo e materialismo histórico dialético*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia/UFRJ. 2013.

BECKER, G. (1976). *The Economic Approach to Human Behaviour*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Valor e Capitalismo: Um Ensaio sobre a Economia Política*. São Paulo: editora bienal, 1987.

BENETTI, Carlo. *Texto para Discussão IEI/UFRJ: Valor, excedente e moeda*. Rio de Janeiro: UFRJ. Instituto de Economia Industrial, 1987.

CARCANHOLO, Reinaldo. . *Marx, Ricardo e Smith: Sobre a teoria do valor trabalho*. Vitória: EdUFES, 2012.

DOBB, Maurice. *Economia política e capitalismo : ensaios sobre a tradição econômica*. Rio de Janeiro : Graal, 1978.

DOBB, Maurice. *Teoria do Valor e Distribuição Desde Adam Smith*. Martins Fontes, 1973.

DUSSEL, Enrique. *La Producción Teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*. México: Siglo veintiuno editores, 2004.

FREDERICO, C. *O jovem Marx 1843-1844: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FREY, B. (1984): “The public choice view of international political economy”, *International Organization*, nº 38, 1984.

GANEM, Ângela. Adam Smith e a Explicação do Mercado como Ordem Social: Uma abordagem histórico-filosófica. In.: *Revista de Economia Contemporânea*. Instituto de Economia/UFRJ. Rio de Janeiro, vol. 4 (nº 2): 9-36, jul./dez. 2000.

GAREGNANI, P. & PETRI, F.; Marxismo e Teoria Econômica hoje, in: Hobsbawn, E., *História do Marxismo*, vol. 12, Paz e Terra, 1989.

GILPIN, R. (1975). *US Power and the Multinational Corporation – The Political Economy of Foreign Direct Investment*. Londres. MacMillan, 1975.

HARVEY, David. *Os Limites do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013b.

HARVEY, David. *Para Entender O Capital: livro I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013a.

HIRSHMAN, H. (1977); *As Paixões e os Interesses*, Record, Rio de Janeiro, 2002.

KEYNES, J.M. (1936); *A Teoria Geral do Emprego*, do Juro e da Moeda, Coleção: Os Economistas, Nova Cultural, 1985.

KONDER, Leandro. *Marxismo e Alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista da alienação*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

LAPAVITSAS, Costas. The Banking School and the monetary thought of Karl Marx. *Cambridge Journal of Economics* , v.18, p.447-461, 1994.

LÖWY, Michel. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Crescimento*. São Paulo: Editora Busca a Vida, 1988.

LUXEMBURGO, Rosa. (1925). *Introdução à economia política*. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

MALTA, Maria de Mello. *A Teoria Da Acumulação De James Steuart: Controvérsias No Contexto Da Economia Política Clássica*. Tese de Doutorado. IE/UFRJ, 2005.

MALTA, Maria de Mello. *Ecoss do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*, Rio de Janeiro: Ipea, 2011.

MALTA, Maria de Mello e CASTELO, Rodrigo. *Marx e a História do Pensamento Econômico: Um debate sobre método e ideologia*. Texto preliminar para apresentação no Seminário de Pesquisa do IE/UFRJ, 2010.

MANDEL, Ernest. *El Capital: Cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. México: Siglo veintiuno editores, 2005.

MARSHALL, A (1890). *Princípios de Economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. (1867), *O Capital: crítica da economia política*, Coleção os Economistas, Nova Cultural, São Paulo, 1985

MARX, K. (1954), *Teorias da Mais-valia: história crítica do pensamento econômico*, Bertrand Brasil, 1987.

MARX, Karl (1857). *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial e Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, Karl (1859). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria, do sr. Proudhon*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MEEK, R., *Economia e Ideologia*, Zahar, Rio de Janeiro, 1971.

MIGLIOLI, J.; *Acumulação de capital e demanda efetiva*, Ed.T.A Queiroz, São Paulo, 1982.

NAPOLEONI, C. *Smith, Ricardo e Marx*. Rio de Janeiro: Graal, 1978

NAPOLEONI, Cláudio. *Lições sobre o Capítulo Sexto (Inédito) de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo; e REIS, Marcelo Bráz. . *Economia política: Uma introdução crítica*. 7 ed.. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULA, J. A. A atualidade do pensamento econômico de Marx: capital, dinheiro, valores e preços. *Revista ANPEC*, v. 3, p. 35-45, 1997.

PAULA, João. Antônio de, CERQUEIRA, Hugo Eduardo A. Gama e ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. Nações e Estilos de Economia Política. In.: *Revista de Economia Política*. vol.27, nº 3, São Paulo: Jul/Sep, 2007.

PAULA, João. Antônio de. e CERQUEIRA, Hugo Eduardo A. Gama. Apresentação – Sobre Isaac Rubin e sua *História do pensamento econômico*. In.: RUBIN, Isaak Illich. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014

PIVETTI, M.; *An Essay on Money and Distribution*, Macmillan, 1991.

RICARDO, D. (1817), Versão de P.Sraffa (1951); *Princípios de Economia Política e Tributação*, Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1986.

RICARDO, D. (1928), Versão de P.Sraffa (1951); *Notas aos Princípios de Economia Política de Malthus*, Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1986.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak Illich, *A history of economic thought*, Pluto Press, 1979.

RUBIN, Isaak Illich. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Editora Polis, 1987.

RUBIN, Isaak Illich. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014

SCHUMPETER, Joseph A (1926). *Fundamentos do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

SCHUMPETER, Joseph A (1954). *História da Análise Econômica*. Volume 1. Rio de Janeiro: Centro de Publicações Técnicas da Aliança Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil-USAID, 1964.

SMITH, A. (1776), *A Riqueza das Nações*, Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1986.

SRAFFA, P.(1951); Introdução in: RICARDO, D. (1817), Versão de P.Sraffa (1951); *Princípios de Economia Política e Tributação*, Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1986.

SRAFFA, P.; *Production of Commodities by Means of Commodities*, Cambridge University Press, Cambridge, 1960

TEIXEIRA, A (org.). *Utópicos, Heréticos e Malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TEIXEIRA, A. (2011 a). Posfácio: Uma agenda para a (re)descoberta do Brasil. In: MALTA, Maria de Mello. *Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*, Rio de Janeiro: Ipea, 2011.

TEIXEIRA, A. (2011 b) Tributo a Euclides da Cunha, Coleção **Passagens**, Rio de Janeiro: Forum de Ciência e Cultura/UFRJ, 2011.

TEIXEIRA, A. “‘Subversão’ e ‘restauração’ no pensamento econômico neoclássico – uma discussão sobre a teoria subjetiva do valor”, *Texto Didático nº 42*, Rio de Janeiro: FEA/UFRJ, 1990.

TEIXEIRA, A. “Da filosofia clássica alemã à crítica da economia política – notas sobre o percurso teórico de Marx”, in diversos, *Teoria econômica – Textos Selecionados*, Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1984.

TEIXEIRA, A. Apresentação à Canudos Agonia e Morte de Antônio Conselheiro de Adir Botelho, in Botelho A. (2006) *Canudos Agonia e Morte de Antônio Conselheiro*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2006

TEIXEIRA, A. Marx e a economia política, a crítica como um conceito. In: *Econômica*, vol. II, número 4, dezembro, 2000.

TEIXEIRA, A. Raízes do Brasil: O lado oposto e os outros lados; *Revista Tempo Brasileiro n°149*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Ed., 2002.

TOLIPAN, R. (1983). “Brevíssimas considerações sobre o método de Marx”, *Texto para Discussão n° 26*, Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, out. 1983.

TOLIPAN, R. A questão do método em economia política. In.: *Revista de Economia Política*. vol.4, n° 2, São Paulo: Abr/Jun, 1984.

TOLIPAN, R.M.L. *A ironia na história do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1990.

TOOZE, R. (1984) “Perspectives and theory: a consumer’s guide”, in Strange, S. (ed.), *Paths to International Political Economy*. London: George Allen and Unwin, 1984.